

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER
Dom Bruno Gamberini

MAGNÍFICO REITOR
Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR
Prof. Pe. Wilson Denadai

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Prof. Marco Antonio Carnio

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIO
Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Antonio Sergio Cella

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

FACULDADE DE HISTÓRIA
Diretora: Profa. Lilia Inês Zanotti de Medrano

Endereço para Correspondência:
Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 109 - 13001-970 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXVI - Nº 195 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 2004

SUMÁRIO

Hércules Florence	313
Odilon Nogueira de Matos	
O Colégio Internacional de Campinas segundo o catálogo de 1877	323
Duílio Battistoni Filho	
A literatura de viagem, fonte a ser sempre revistada	329
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
José de Anchieta "O Santo do Brasil"	337
Paulo Barros Camargo	
Donald Pierson e a Sociologia, no Brasil	345
Renato Pacheco	
Ainda a ditadura republicana do Positivismo	355
Arthur Virmond de Lacerda Neto	

A visita da Folia de Reis	363
José Antônio de Ávila Sacramento	

Textos (Sugestões para seminários)

Procedimento judicial contra os cristãos (Tácito)	371
Sobre um herói paulista (Domingos Jorge Velho)	371

De uma pasta de velhos recortes

Centenário da cidade de Campinas	373
José Carlos de Ataliba Nogueira	

Estrangeiros que escreveram sobre o Brasil

Conde de Suzannet	377
-------------------------	-----

Seleta

Situação atual do Brasil	381
Conde de Suzannet	

Rabiscos de um Escrevinhador

422. O Brasil em 1587	383
423. Relembrando um historiador paulista	384
424. Centenário de um livro curioso	385
425. Meditação sobre a sagrada Paixão do Redentor	387



HÉRCULES FLORENCE

Odilon Nogueira de MATOS

Distinguido com honroso convite para falar sobre Hércules Florence, julgo oportuno recordar como foi que tomei conhecimento da vida e da obra do grande franco-campineiro que, após extraordinária jornada pelo interior do Brasil como integrante da famosa e ao mesmo tempo trágica “Expedição Langsdorff” escolheu nossa cidade para sua residência, aqui constituindo família proveniente de dois matrimônios e aqui realizando suas pesquisas em torno da fotografia, de cuja invenção é o verdadeiro “pai”, antecipando de alguns anos ao seu compatriota Daguerre. Os direitos de Hércules Florence são atualmente reconhecidos, segundo as mais autorizadas e idôneas fontes.

Nos meus tempos de menino – julgo oportuna esta recordação – Hércules Florence era para mim simples nome de uma pequenina rua na cidade de Campinas, na qual o velho e saudoso bonde “Botafogo” entrava para alcançar a rua Culto à Ciência” e, depois, retornar pela Andrade Neves ao centro da cidade. Rua estreitíssima (mais que o comum das ruas de Campinas) era mediante hábil e assustadora manobra dos motorneiros que o bondinho por ela se embarafustava para, depois, prosseguir o seu roteiro de volta ao centro da cidade.

O assistir freqüente a essa ocorrência deu-me uma certa familiaridade e também simpatia pelo nome da pequena rua, então de uma só quadra, levando-me a indagar sobre o homenageado. Por incrível que possa parecer, ninguém soube me informar. O mais que me souberam dizer foi que Hércules Florence fora um francês que no século passado (quer

dizer no século XIX) residira em Campinas. E certamente muita gente, de fato, não soubesse mais do que isso.

Foi através de escritos do Visconde de Taunay que tomei conhecimento do franco-campineiro patrono da pequenina rua, pois não só ele o arrolou entre os “estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil”, precioso elenco publicado na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” no ano de 1875, como dele traduziu e publicou na mesma revista o relato da chamada “Expedição Langsdorff” aos sertões do Brasil. Uma parte desse relato sob o título “De Porto Feliz a Cuiabá” foi reproduzida em 1928 na “Revista do Museu Paulista” e foi esse o texto florenciano que me coube ler quando, adolescente ainda, tomei-me de interesse pela vida e pela obra de Hércules Florence. De fato, residindo em cidade de interior, não tinha acesso à preciosa Revista do Instituto Histórico Brasileiro, onde o texto integral fora publicado, pois em forma de livro, a “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas” só apareceria em 1941, editado pelas Edições Melhoramentos, com prefácio de Afonso de Taunay e nota introdutória de Ataliba Florence. Uma nova edição só apareceria em 1948 pela mesma editora e uma terceira em 1976 pela Editora Cultrix, em convênio com a Universidade de São Paulo.

Todavia, embora atualmente possua o texto integral da “Viagem fluvial” (inclusive na versão revista pelo próprio autor em 1848), conservo com grande carinho a edição parcial de 1928, que foi, por assim dizer, a minha iniciação à obra do grande franco-campineiro, a quem evocamos nesta sessão.

“Patriarca da iconografia paulista”, como o denominou Afonso de Taunay, Hércules Florence nasceu em Nice (França) a 29 de fevereiro de 1804. Veio para o Brasil em 1824, desembarcando no Rio de Janeiro, onde permaneceu algum tempo à espera de oportunidades para o desempenho de suas atividades no domínio da pintura.

Sua vinda para o nosso país coincidiu com uma época de intenso intercâmbio cultural entre o Brasil e a França. Uma das mais importantes manifestações desse intercâmbio encontramos-na na vinda para o nosso país da família Taunay. A derrota de Napoleão em Waterloo

(1815) criou uma situação delicada para os bonapartistas (e entre estes figuras expressivas como os Taunay) levando muitos a emigrarem para outros países, como o sul dos Estados-Unidos e o Brasil. Resultou disso a chamada “Missão Artística de 1816”, conjunto com que se denomina a “equipe” de artistas franceses contratada pelo Conde da Barca. É sabido que uma das felizes iniciativas do Príncipe Regente D. João (o futuro D. João VI) foi a fundação no Rio de Janeiro de uma Escola de Belas Artes. Daí o envio do Conde da Barca a Paris a fim de contratar excelentes artistas dispostos a virem para o nosso país. Já mencionamos, como fruto dessa missão, os que vieram para o Rio de Janeiro, aqui influenciando de maneira positiva para o desenvolvimento de nossa vida artística.

O fato de Hércules Florence ter vindo para o Brasil quase pela mesma época tem levado muitos a pensarem ter sido ele um dos contratados pelo Conde da Barca. Nada menos exato. Florence nada teve com a “missão de 1816”, mesmo porque veio bem mais tarde e por conta própria. Estava ele já no Rio de Janeiro há algum tempo, à procura do que fazer, quando alguém lhe mostrou um anúncio de jornal no qual o Barão de Langsdorff, cônsul da Rússia no Brasil procurava um desenhista para uma expedição científica ao interior do país. Florence candidatou-se e foi contratado como segundo desenhista. O primeiro era Rugendas, que, aliás, acabou desistindo da missão e foi substituído pelo jovem Amado Adriano Taunay.

A expedição, que tinha o patrocínio do czar Alexandre I da Rússia, era chefiada pelo próprio Langsdorff e durou quatro anos. Partiu do Rio no dia 3 de setembro de 1825 e por vias marítima, terrestre e fluvial, percorreria quase 14 mil quilômetros. A parte mais difícil e que mais cuidados mereceu foi a fluvial, a partir de Porto Feliz e alcançando Cuiabá, seguindo a tradicional rota das monções. Neste tradicional porto do Tietê demorou-se a expedição por muito tempo, durante o qual foi carinhosamente tratada por Francisco Álvares Machado, médico da cidade, que deu aos expedicionários toda a assistência necessária. Partindo do velho porto das monções, a expedição tomou o rumo de Cuiabá, sempre pela via fluvial, do Tietê ao Amazonas.

O tempo enorme que a expedição precisou demorar em Porto Feliz deu ensejo a que Hércules Florence se enamorasse de uma filha de

Álvares Machado, com quem, efetivamente, veio a se casar ao voltar da expedição, quando passou a residir em Campinas.

A expedição, já o dissemos, seguiu a rota tradicional das monções. Poderia ter preferido a via platina, mas a chamada Guerra da Cisplatina provavelmente constituiu um impecilho. Assim, não restou outro caminho senão aquele dos primeiros descobridores do ouro em Mato Grosso no século XVIII. Vinha-se até Porto Feliz, onde tinha início a navegação do Tietê; seguia-se por este rio até sua foz no Paraná; descia-se este grande rio até encontrar algum dos afluentes de sua margem direita, já em território matogrossense; subia-se por este afluente até onde fosse possível e depois – a fase mais difícil do percurso – transpunha-se o que se chamava “varadouro”, isto é o trecho de terra que precisava ser “varado”, a pé, puxando os enormes batelões até que se encontrasse algum afluente do rio Paraguai, pelo qual se prosseguiria a viagem. A procura de um “varadouro” mais curto foi sempre a maior preocupação dos monçoeiros, que acabou fixando-se no rio Pardo. Pelo Paraguai e pelos seus afluentes São Lourenço e Cuiabá, subindo-os, alcançava-se a região mineradora. Episódio verdadeiramente cinematográfico de nossa História, este das monções. Fosse nos Estados-Unidos, certamente já teriam os americanos feito numerosos filmes sobre o episódio. Em nosso país, o único local onde o evento costuma ser lembrado é a própria Porto Feliz, onde anualmente uma semana é dedicada à sua evocação com festejos e conferências. Mas é pouco para um episódio tão grandioso e significativo.

Em Porto Feliz foram os expedicionários obrigados a uma considerável demora para os aprestos da longa viagem. Permanência tão grande numa pequena cidade, deu até para Hércules Florence enamorar-se de uma jovem da localidade, com a qual veio a se casar ao retornar da viagem. Era a filha única de Álvares Machado, então médico na cidade e que se tornaria em breve uma das figuras mais expressivas da vida política de São Paulo e de outros lugares, pois chegou a ser presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Afinal, a 22 de junho de 1826 deu-se a partida de Porto Feliz da expedição chefiada por Langsdorff, cujo batelão ostentava o pavilhão da Rússia Imperial. A grande excursão estendeu-se pelos rios Tietê, Paraná,

Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, num percurso de 530 léguas ou seja bem mais de 3.000 quilômetros, em período que se desdobrou até 30 de janeiro de 1827, e que vale dizer mais de seis meses.

Infelizmente, foi triste o fim da Expedição Langsdorff. Da capital da província, onde chegaram a 30 de janeiro de 1827, os expedicionários reiniciaram viagem no dia 5 de dezembro do mesmo ano, com destino ao Pará, divididos em dois grupos. Por uma fatalidade, numa das passagens do rio Guaporé, ocorreu a morte do mais jovem dos expedicionários, Amado Adriano Taunay. Hércules não se encontrava com ele, mas registrou em seu diário: “Dia nefasto, dia marcado pela mais cruel notícia; comunicou-se uma carta do Sr. Riedel que o sr. Taunay se afogara no rio Guaporé, em Vila Bela. Encheu-nos de consternação esta desgraça; diversos habitantes da cidade vieram dar-nos os pêsames; este moço, dotado de brilhantes disposições para a pintura e membro de distintíssima família tinha por certo, diante de si, auspiciosa carreira; permatura morte, porém, arrebatou-o aos 25 anos. Na qualidade de desenhista de nossa comissão remetera para São Petersburgo perto de cem desenhos, ficando mais 130 em minhas mãos para serem coordenados”.

Quando da tragédia do rio Guaporé, que custou a vida ao jovem desenhista já era bem precárias as condições de saúde de Langsdorff, que chegou a perder completamente a razão. Assim, preferiu reunir seus companheiros em Belém e dar por encerrado o grandioso plano de exploração geográfica do centro-oeste brasileiro. Diversos outros naturalistas tiveram problemas sérios de saúde, impossibilitados de qualquer trabalho. O nosso Hércules Florence foi, de fato, o único a sair ileso da malfadada expedição, retornando ao Rio de Janeiro em março de 1828. Langsdorff, transportado para a Europa, faleceu internado num hospital da Suíça a 29 de junho de 1852.

Assim que chegou ao Rio, Hércules Florence julgou oportuno procurar Felix Emílio Taunay, não só para comentar a triste ocorrência do falecimento de seu irmão mais moço, mas também para confiar-lhe a guarda do relato que redigira da grande jornada que vinha de empreender pelos sertões do Brasil. Ponto que nunca vimos esclarecido – e certamente jamais o será – é a razão de haver Hércules Florence confiado a Felix Emilio

Taunay o relatório de sua viagem. Felix Emílio não lhe deu a menor atenção, pois o texto florenciano permaneceu perdido por mais de quarenta anos! Isto destoa completamente da imagem que nos ficou do pintor francês, apontado sempre como homem de muita iniciativa, interessado em coisas de cultura, pois além de artista, era também renomado humanista. Foi professor de D. Pedro II, o que explica a ligação entre os Taunay e a família do nosso segundo Imperador.

Quase quarenta anos depois – por sorte – passou por Campinas, integrando o corpo expedicionário que se destinava ao sul de Mato Grosso, um jovem de pouco mais de vinte anos, filho de Félix Emílio, e que viria a ser o futuro Visconde de Taunay. Nos dois meses que passou em Campinas, o jovem oficial de Engenharia teve oportunidade de encontrar-se com Hércules Florence, aí vivendo desde que retornou da Expedição Langsdorff, já casado com a filha de Álvares Machado e dando asas ao seu espírito inventivo, do qual muito se beneficiou a tipografia e principalmente a fotografia, como é sabido. E também como próspero fazendeiro no município.

Podemos imaginar – embora não haja nenhum texto a respeito – a emoção que deve ter dominado o jovem Taunay ao encontrar-se com o amigo e o companheiro do seu malgrado tio, aquele que perecera afogado nas águas do Guaporé. Como devem ter conversado sobre o assunto! E certamente Hércules lhe contou que havia deixado em sua casa, no Rio de Janeiro, o relato da grande jornada que empreendera pelos sertões do Brasil, da qual o jovem Taunay pouco ou talvez nada soubesse. Foi pena o jovem militar não ter sido mais minucioso acerca de Hércules Florence nas vinte e duas cartas que escreveu nos dois meses que passou em Campinas. Não nos esqueçamos, contudo, que Taunay era um jovem de pouco mais de vinte anos, certamente muito mais interessado nos bailes que a sociedade campineira, a todo instante, proporcionava aos expedicionários, tornando-lhes uma delícia a vida na cidade. Já escrevemos sobre este tópico da permanência de Taunay em Campinas, sem necessidade de voltar ao assunto. O que interessa, no caso, é que, regressando Taunay das operações da guerra, dedicou-se ele a traduzir e publicar o relato que

Hércules Florence redigira sobre a Expedição Langsdorff e que estava como que perdido na casa paterna no Rio.

Confessa que foi por ocasião de mudança de casa, ao separar os trastes que deveriam ser jogados fora, que o texto de Florence foi encontrado. Por um triz talvez ficasse irremediavelmente perdido. Ao perceber que se tratava do relato de Hércules Florence apressou-se Taunay em escrever-lhe pedindo autorização para traduzi-lo e publicá-lo. Ainda bem que o fato de ter ficado perdido por mais de quarenta anos não o danificou. Apenas, segundo Taunay, estava “um tanto apagado, mas ainda perfeitamente legível”. O que pode ser considerado um verdadeiro milagre, pois numa região quente e úmida, como em geral as cidades do litoral brasileiro, a danificação dos papéis é muito mais freqüente que nas regiões de clima temperado ou frio. Sem contar a incrível proliferação dos insetos papirófagos...

Das cartas escritas por Taunay a Hércules Florence, e que se encontram traduzidas no livro de Estevam Leão Bourroul, depreende-se não só que Taunay sabia da nova versão dada por Florence ao seu relato, como também percebe-se que ele, Taunay, estava à espera que o autor, já radicado em Campinas havia mais de trinta anos, cuidasse de publicar essa nova versão, sabidamente mais completa que a original que ficara em casa dos Taunay, no Rio de Janeiro.

Aconteceu, entretanto, que essa nova versão permaneceu inédita por quase cento e trinta anos, pois só em 1977 veio a ser publicada pelo Museu de Arte de São Paulo, conforme expusemos no início desta palestra. Tenhamos em conta que Hércules Florence não era naturalista, não tendo se dedicado a nenhuma das especialidades da chamada “História Natural”. Participou da excursão na qualidade de desenhista e a este respeito nada a exigir além do que ele fez. Suas estampas, em número de 114, que enriquecem seu relato, abrangem cenas, paisagens e tipos humanos, enfim o que lhe chamava a atenção na viagem, viagem que ele próprio, encerrando seu diário, considerou “penosíssima, atribulada e infeliz peregrinação”.

Encerraremos este já bem longo tópico informando que atualmente Hércules Florence, sem negar o mérito de seu valioso relato,

não constitui mais a única fonte para a Expedição Langsdorff. A partir de meados do século passado surgiu, a começar pela antiga União Soviética um enorme interesse pelo assunto e diversos livros têm aparecido, inclusive em nosso país, enriquecendo sobremaneira a bibliografia respectiva. Possuimos atualmente não só o catálogo completo de todo o material enviado para São Petersburgo, como o próprio “Diário” completo de Langsdorff, em três alentados volumes.

Campinas jamais se esqueceu de seu filho adotivo; homenagens várias lhe foram prestadas; já no dia 21 de janeiro de 1884, em sessão da Câmara Municipal foi aprovada a proposição do vereador João Bierrenbach no sentido de dar o nome de Hércules Florence a uma rua da cidade, conforme relatamos no início desta palestra. No dia 28 de fevereiro de 1963 decidiu-se a ereção de uma herma no Praça D. Pedro II, na época denominado Largo de São Benedito. E periodicamente, inúmeras vezes seu nome tem sido evocado em escolas, academias, centros culturais de várias natureza, e em muitas dessas homenagens com a participação de quem vos fala nesta oportunidade. E sempre lembrando os vários momentos de sua vida: o participante da expedição científica, o fazendeiro, o inventor que tem a seu crédito diversas experiências significativas principal no campo da fotografia constituindo o maior centro de interesse de quase todas as referências a eles feitas, esquecendo-se, às vezes, outras áreas onde suas contribuições foram igualmente válidas.

“Diante os estrangeiros ilustres, credores do Brasil – citando mais uma vez a Taunay – muito poucos terão a fé de ofício de Hércules Florence e a sua folha de serviços à nossa pátria. E se trata de São Paulo, avultam imenso estes préstimos. Vivendo, como viveu, meio século em terra paulista, exerceu Hércules Florence, ininterruptamente, fecundo papel de civilizador, ao mesmo tempo que pelo alto padrão da moralidade que era a sua, aumentava o prestígio dos seus ensinamentos de todo o gênero”; devem-lhe a nossa iconografia, das ciências naturais e a dos costumes, serviços inapreciavelmente preciosos e valiosos”. Poucos elementos alienígenas – continua Taunay – se terão incorporado ao povo brasileiro da capacidade e do mérito de Hércules Florence, em cujo espólio ainda existem documentos numerosos inéditos, verdadeiros atestados

novamente comprobatórios do que era a intelectualidade do seu singelo autor sempre prejudicado pela mais injustificável modéstia”. Talvez se escrevesse hoje Taunay modificasse seu julgamento, pois, por certo o mestre arrolaria exemplos bem significativos do quanto vem sendo levado a efeito o reconhecimento do grande franco-campineiro que estamos tentando evocar nesta sessão, de maneira não completa, pois para tal nos faltaria “engenho e arte” mas com toda a honestidade que o tema sempre nos inspirou.

“Os desenhos de Hércules Florence, despertam, com toda razão, o interesse dos estudiosos do Brasil. Sua objetividade e seu espírito de observação foram elogiados por Karl von den Steinem, Koch-Gruenberg e outros cientistas e viajantes”, assim se expressou Boris Komissaroy um dos mais credenciados analistas do franco-campineiro nas instituições científicas da Rússia.

Na opinião de seu filho Ataliba Florence, Hércules havia retratado tanto o aspecto exterior do país, sua paisagem, seu vasto sistema fluvial, como a vida econômica, a mentalidade, os usos e costumes da população. Deixou 69 desenhos que apresentam interesse do ponto de vista histórico. Seus títulos, precisos e ponderados foram elaborados pelo próprio autor. Alguns trabalhos são dedicados a fazendas; outros relacionam-se com vias de comunicação e reproduzem estradas, acampamentos, expedições fluviais, canoas e barcos a vela. Por eles pode-se ter uma idéia do aspecto de cidades e vilas como Cubatão, Juqueri, Jundiá, Porto Feliz, Pirapora, Albuquerque, Cuiabá, Cocais, Vila Maria e Santarém. Deixou trabalhos que tornam possível uma avaliação dos usos e costumes dos moradores das cidades”. Assim, seus desenhos, juntamente com os de Rugendas e Taunay, em seu conjunto, formam um “enciclopédia pictórica sem igual, que nos conduz ao passado do povo brasileiro”.

Evoquemos, mais uma vez, o mestre Taunay: “Que não deve a Hércules Florence a história dos costumes brasileiros, em São Paulo e Mato Grosso? Muitos dos seus desenhos constituem documentos únicos no gênero: assim, por exemplo os que deixou sobre as monções para Mato Grosso; das cavalhadas de Sorocaba, da velha indústria açucareira de Campinas, das aberturas dos primeiros cafezais no Oeste paulista, da vida

dos tropeiros, da vida nas fazendas campineiras, etc. E quanta vista preciosa de localidades como Itu, Sorocaba, Santos, Campinas, Cuiabá, etc.; de grandes acidentes naturais como os saltos de Itu e Avanhandava, paisagens paulistas, matogrossenses, amazônicas? Quantos retratos de personalidades célebres, apresentação de tipos, trajes e cenas populares, ambientes familiares, etc. Ao seu incansável lápis deve a nosso iconografia primeira a mais rica e original das contribuições. E considere-se, ainda seus trabalhos de etnografia, observações sobre índios estudados com fidelidade e rigor, reconhecidos pelos mais conceituados estudiosos modernos”.



O COLÉGIO INTERNACIONAL DE CAMPINAS SEGUNDO O CATÁLOGO DE 1877

Duílio BATTISTONI FILHO

Com o término da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, muitas famílias sulistas desesperadas pela derrota frente ao norte resolveram imigrar para o Brasil em busca de novas paragens onde pudessem se estabelecer. A região procurada por estes imigrantes foi a de Santa Bárbara no interior de São Paulo, dada à excelência de suas terras férteis para a agricultura. Além do mais, havia uma intenção da Igreja Presbiteriana americana – que, por sinal passava por grave conflito interno – de trazer pastores para o Brasil. O objetivo era dar toda assistência religiosa a esses imigrantes como também aos não católicos.

A Comissão Missionária Sulista de Nashville (Tennessee) resolveu estabelecer uma missão no Brasil e para isso enviou para cá, em 1869, dois jovens missionários: George Nash Morton e Edward Lane. Ambos vão se estabelecer em Campinas que, na época, passava por um grande surto econômico proveniente das rendas do café e por estar próxima da região estabelecida por esses imigrantes. O início para esses pastores foi muito difícil, por causa dos costumes e da língua. Porém, dotados de uma fé inabalável não desanimaram e um ano mais tarde puderam iniciar os cultos em português na própria residência, além de instalarem uma escola dominical de evangelização. Os primeiros convertidos foram um casal de analfabetos de cor (um pedreiro e sua mulher). Exerceram também o apostolado em Santa Bárbara onde pregavam uma vez por mês.

Entretanto, a missão mais importante para eles era fundar uma escola que pudesse aplicar novos métodos baseados primeiramente na prática e na observação e, depois, na teoria. A verdade é que as escolas brasileiras estavam muito atrasadas, impregnadas de teorias e regras abstratas que dificultavam o aprendizado dos alunos.

Morton e Lane sabiam das dificuldades que iam enfrentar para criar um Colégio protestante num contexto religioso em que se encontrava o Império, de uma igreja atrelada ao Estado e um crescente processo de romanização no interior do catolicismo brasileiro de tendência ultramontana. Morton procurou incutir na intelectualidade campineira a criação de um novo colégio voltado para novas propostas pedagógicas, um ensino secular separado do religioso, além de dar ênfase às disciplinas práticas. Ressaltou a necessidade de uma reforma no ensino brasileiro, pois os colégios particulares, de uma maneira geral, ficariam à mercê de matérias exigidas pela Academia. Lutava por um modelo cultural protestante que pudesse satisfazer os filhos da elite nacional por ver nestes os agentes de mudanças sociais que o País reclamava. Lane, por sua vez, via a necessidade de transmissão dos preceitos do presbiterianismo através de uma educação escolarizada.

Em 1873 Lane fez uma viagem aos Estados Unidos com a finalidade de angariar fundos para a compra de vinte e quatro acres de terra nos arredores da cidade para a construção do Colégio. A Igreja tinha destinado apenas 2.000 dólares para o novo prédio, mas seriam necessários mais 5.000 para o início do empreendimento. Um certo Mr. Corning, de Nova York, prometeu 5.000 se a Igreja levantasse outros 5.000. Fechado o acordo, a construção foi levantada. Pouco depois a escola era inaugurada com o nome de Colégio Internacional, o primeiro de ensino secundário misto na província de São Paulo e a primeira escola americana no Brasil.

Enquanto o prédio definitivo estava em construção, o Colégio funcionava precariamente em uma pequena casa na antiga rua do Pórtico (Ferreira Penteado), esquina com Luzitana. A primeira fase do Colégio, de 1873 a 1879, foi a mais próspera, período em que Morton e Lane estiveram na direção. Com quase dois anos de funcionamento e com os primeiros resultados colhidos, os reverendos decidem pela transferência definitiva

para os arredores da cidade (nos altos da Dr. Quirino) onde compraram um terreno de 10.000 m². O crescimento do corpo discente levou-os a apressar o término da obra, a qual no início de 1874 contava com um prédio central e dois depósitos.

A projeção do Colégio nesses primeiros anos não se deu somente pelo currículo que oferecia, mas também pela importância do quadro de professores contratados. Intelectuais do quilate de um Rangel Pestana (jornalista), Júlio Ribeiro (romancista e autor de *A Carne*), Francisco José Bokel e John Dabney fizeram parte do seu corpo docente. D. Pedro II, imperador do Brasil, grande entusiasta das causas educacionais chegou a visitá-lo.

Para avaliarmos bem o processo pedagógico do *Internacional* vamos nos valer de um documento de 17 páginas em brochura 15 X 23 cm chamado *Catálogo do Collegio Internacional de Campinas no Anno Collegial de 1877*, publicado em 1878, pelos fundadores G. Nash Morton e Edward Lane. Primeiramente o seu frontispício é muito bonito. Apresenta o desenho dos prédios escolares ladeando o título: Instituto de Campinas – Collegio Intenacional – dirigido por G. Nash Morton. Tudo encimado por um conjunto simbólico: tinteiro e pena de pato, compasso e outros instrumentos: livro, mapa, planta geométrica, lupa, globo terrestre, locomotiva, fábrica fumegante, tendo à direita, um coqueiro; à esquerda, uma árvore.

O Catálogo registra o apoio do público, louva os bons mestres e os melhoramentos das instalações. Dá a relação do corpo docente masculino, constando dos seguintes professores: F.J. Bokel, E. Henking, J. Ribeiro, Guilherme Porter e Stanislaw Krszynski. Quanto às meninas, elas contam com seis professoras a saber: Anna Nicodemi, Nannie S. Henderson, Maria Videau Kirk, Maria E. Ellis, D.S. Carrie Porter e Virginia A.E. Porter.

O Catálogo traz a lista dos alunos de ambos os sexos. Num total de 127 alunos do sexo masculino, Campinas predomina com 96 alunos, seguida de Itu com 5, São Paulo com 4, enquanto que as outras localidades predominam com um ou dois alunos. Quanto às alunas, num total de 47,

mais uma vez há predominância de Campinas com 39, seguida de Santa Bárbara com 6, enquanto que Funil e Rocinha, respectivamente, contribuem com uma aluna. Vale ressaltar que nessa relação de meninos e meninas brasileiros, há a presença de vinte alunos norte-americanos, alemães e franceses. Um filho do reverendo F. J. C. Scheneider veio da Bahia matricular-se no *Colégio* de Campinas. Nota-se ainda ao lado dos nomes dos alunos, os nomes dos pais, alguns de grande projeção política e econômica na região, dentre eles: Bernardino de Campos (notável jornalista e republicano), Hércules Florence (desenhista e inventor). Manuel Ferraz de Campos Salles, (político republicano e futuro presidente do Brasil).

Os planos curriculares apresentam quatro séries, onde se aprende a ler, escrever, quatro operações, inglês, geografia e português. Nas três séries subseqüentes, além das disciplinas anteriores, se acrescentam latim, francês, alemão, grego. A seguir, o Curso Acadêmico de cinco anos no qual se estudam matemática, francês, alemão, latim, grego, história natural, história, filosofia, física, química agrícola, direito público e hebraico como matéria facultativa. A ginástica é diária e obrigatória. Embora o ensino religioso seja importante, deixa de ser doutrinário, na medida que representa um modelo ético a seguir. A leitura da Bíblia é fundamental, vista como fonte divina e puríssima de instrução religiosa.

O Regulamento do *Internacional* é rigoroso, pois exige-se que o aluno se porte como cavalheiro, com dignidade, honradez e amor à verdade. Lendo o Catálogo, o que nos chama a atenção é o *espírito de escola*, onde reina a fraternidade, o coleguismo, o convívio entre mestres e alunos e o amor às festas religiosas. Tudo isso é desconhecido, na época, nas escolas brasileiras, salvo honrosas exceções.

Os exames são realizados no fim de cada semestre, sendo os do fim do ano colegial os que decidem a aprovação de cada aluno para a classe superior, além dos prêmios para os mais aplicados. Os alunos – pensionistas, meio pensionistas e externos – pagam adiantado cada semestre, incluindo uma jóia de matrícula. Muito importante, para o conhecimento do público são os resultados dos exames de 1875 (línguas)

e fevereiro de 1877 (ciências) prestados por seus alunos em São Paulo, perante bancas do governo.

Os relatórios do Colégio mostram, muitas vezes, a impaciência dos pais em ver seus filhos doutores o que os leva a questionar a utilidade do estudo de certas disciplinas como alemão, grego, química, física por não ser estas matérias obrigatórias nos exames preparatórios. A cadeira de grego chegou a ser extinta. Morton e Lane sentem-se decepcionados pela cobrança dos pais, pois para aqueles o objetivo é formar bons cidadãos, cultos, intelectualizados, a simplesmente preparar o aluno nas Academias do Império (Faculdades). Contudo, apesar da estrutura educacional brasileira daquele momento, o Colégio Internacional não teve dificuldades em alcançar as metas propostas que tanto almejavam os pais de seus alunos, ou seja, a aprovação nos vários exames preparatórios. Um exemplo deste resultado está na publicação *Província de São Paulo* da relação dos 12 alunos aprovados nesse Colégio, aos exames de 1877 da Faculdade de Direito de São Paulo. Deve-se ressaltar também que muitos estudantes paulistas da Zona Oeste, nas décadas de 70 a 80, foram aos Estados Unidos, com o objetivo de lá completarem sua educação.

Em 1879, por questões financeiras, Morton deixa a direção e foi embora para São Paulo, levando consigo metade dos corpos docente e discente e lá abriu uma escola que, por sinal, teve pouca duração, funcionando até 1882. Depois voltou aos Estados Unidos. Lane, por sua vez, morreu em 1892, vítima de febre amarela. Convém lembrar que, por causa desta epidemia, o Colégio Internacional foi transferido para Lavras, Minas Gerais, onde até hoje funciona, com o nome de Instituto Gamon.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRAGA, Erasmo. *O Colégio Internacional e seus fundadores: primórdios do ensino norte-americano no Brasil*. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. Campinas, nº 44, 1916.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Ide por todo mundo: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892*. Campinas: Área de Publicações Cmu/Unicamp, 1996.

CATÁLOGO do Collegio Internacional de Campinas no anno collegial de 1877, publicado pelos fundadores G. Nash Morton e Edward Lane. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas. 1878.

GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo. Edit. Pioneira, 1972.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e cultura brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.



A LITERATURA DE VIAGEM, FONTE A SER SEMPRE REVISITADA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Já faz algum tempo que a questão ambiental vem se impondo frente à sociedade brasileira onde discussões de vários níveis acabam por apontar a séria crise ambiental ora vivenciada nas diferentes regiões culturais do país.

À medida que venho pesquisando tal problemática voltada aos *Distritos de Campinas – Sousas, Joaquim Egídio, Barão Geraldo e Nova Aparecida* – não pude deixar de consultar ao principiar o estudo a alguns viajantes estrangeiros que a partir principalmente de fins do século XVIII e durante o XIX, percorreram a antiga chamada Vila de São Carlos.

Sendo o território o reflexo das relações humanas, sua paisagem espelha sua cultura, suas cores e formas constituindo uma linguagem plena de significações. E é no espaço urbano que vemos refletidas as realidades sociais diversas que convivem com suas expressões arquitetônicas, culturais e de organização político-econômico-sociais.

Assim refletindo, neste breve estudo me ative apenas a três viajores¹ que por Campinas passaram e se preocuparam com a *questão da natureza: Saint-Hilaire, Kidder e Zaluar*, embora outros tantos em

⁽¹⁾ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1976 (Reconquista do Brasil, v.18); KIDDER, Daniel P.. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil (Províncias do Sul)*. São Paulo: Martins/Ed. USP, 1972 (Biblioteca Histórica Brasileira); ZALUAR, A. Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Ed. Cultura, 1943 (Série Brasília).

diferentes momentos tenham percorrido a Província de São Paulo deixando interessantes descrições ambientais.

Cumpr sempre lembrar que embora seja fonte que não se pode ignorar, a literatura dos viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil é de valor bastante desigual mesmo porque entre eles havia desde naturalistas a agentes diplomáticos, missionários, comerciantes, pintores, etnólogos, mineralogistas e até aventureiros. Óbvio que seus escritos refletem tal diversidade principalmente porque alguns deles souberam viver o país e outros, tiveram apenas incompreensão por nossa maneira de ser e pela nossa cultura.

A expressão de Darwin cabe bem ao estudo que ora apresento uma vez que o interesse que o Brasil despertou entre os homens da ciência de então, frente à variedade das espécies animais e vegetais, fez com que o discutido cientista dissesse ser nosso país *o paraíso dos naturalistas*.

Devo ressaltar, outrossim, que a publicação sistemática destas obras de viagem, principalmente as do século XIX, apenas principiou no Brasil a partir do ano de 1930.

Foi, sem dúvida, *Augustin François César de Saint-Hilaire* (conhecido apenas por *Saint-Hilaire*) entre os viajantes que andaram pelo Brasil no século XIX, o que melhor compreendeu nosso país, não se contentando com observações superficiais, podendo mesmo sua vasta obra ser considerada a maior dentro da literatura de viagem. Voltado à Botânica, demonstrou interesse especial pelos problemas do uso da terra e da agricultura como um todo, apesar de não se ter descurado dos aspectos históricos, sociais, políticos, ambientais e culturais dos lugares por onde passou. Ao lado de Martius sua contribuição foi altamente significativa para o conhecimento da flora brasileira.

Chegou ao Brasil em 1816 tendo vivenciado momentos significativos de nossa história, quais sejam, a elevação da Colônia a Reino Unido, o regresso de D. João VI, a regência do Príncipe D. Pedro e a Independência do Brasil.

(2) SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 108.

Passou Saint-Hilaire por Campinas nos idos de 1819, vindo de Mogi Mirim, onde, logo de início, seu espírito foi aguçado quando da parada feita no rancho construído a meio da mata à beira do já conhecido como Rio Tibaia, observando com riqueza de detalhes, por exemplo, as pedras que afloravam em sua superfície além de salientar que suas margens eram cobertas de mata², apontando que, apesar disto, o calor era intenso na área compreendida entre o rio Atibaia e Campinas. Encantou-o o fato de viajar em meio à densa mata muito verde e vasta e o fato de haver encontrado na região grande quantidade também de bambus e de uma gramínea que conheceu pelo nome de barba-de-bode e que era então considerada de boa qualidade para forragem³.

Apontava já a existência da cultura canavieira em Campinas, dizendo haver encontrado entre *Tibaia e a cidade de Campinas, pelo menos meia dúzia de engenhos de açúcar, alguns dos quais de tamanho considerável*⁴.

A satisfação fica evidenciada nas linhas deste botânico ao salientar sempre que este *termo* que percorria possuía riquíssima vegetação além de ser o maior produtor de açúcar de toda a Província de São Paulo, além de contar com uma *centena de engenhos de açúcar, incluindo as destilarias*⁵.

Observou, com propriedade, que a existência de matas virgens ao sair de Campinas era contínua, apesar de notar que em vários trechos do caminho percorrido, muitas árvores já haviam sido cortadas em ambos os lados dele, acreditando ser para permitir a circulação do ar o que facilitaria a secagem da terra melhorando, assim, a circulação e o transporte de cargas.

Pela forma como se referiu a esta região em todo o seu discurso, se pode inferir que realmente ela o fascinou pelo clima (que classificou como temperado), pelo verde de suas matas, pela quantidade de madeira

(3) Idem, *Ibidem*.

(4) Idem. *Op. cit.*, p. 109.

(5) SAINT-HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 110.

encontrada, pela gente com quem conviveu que, por ser dinâmica, estava levando a região a uma grande opulência.

Duas décadas após Saint-Hilaire haver passado por Campinas e região, chamaram também a atenção as observações deixadas por *Daniel Kidder*, pastor metodista que viveu por bom tempo no Rio de Janeiro, tendo percorrido o Brasil de norte a sul. São curiosos seus apontamentos sobretudo levando-se em conta o significativo perfil que traçou sobre a vida brasileira, demonstrando como chegou a entender nossa terra o que, sem dúvida, não foi fácil para um norte-americano, considerando-se que vivenciou o país às vésperas do conturbado momento político da Maioridade.

Saliento aqui igualmente apenas a parte relativa a Campinas, através de algumas de suas páginas atinentes ao meio ambiente. Desde que partiu de Jundiáí teve sua atenção aguçada frente a grande variedade de pássaros avistados, salientando que a pomba e a pomba rola eram os mais comuns, ao lado da *uraponga* com cantar peculiar e estridente⁶.

Comentou ainda que era a terra vermelha (não a denomina de terra roxa, o que é aliás, correto) a predominante, principalmente ao se aproximar de Campinas onde também constatou o freqüente ir e vir das tropas que transportavam açúcar para o litoral e em seu retorno, ao lado de artigos variados, trazia o sal que era o predominante⁷.

Ficou Kidder deveras impressionado com os danos causados pelas formigas em Campinas, apontando os grandes prejuízos por elas causados, apesar do governo estar procurando exterminá-las; mas elas insistiam em proliferar...⁸

Aponta ainda em seu relato de viagem que o leito da estrada que percorreu estava muito corroído não apenas pelo tráfego existente,

⁽⁶⁾ KIDDER, Daniel P. *Op. cit.*, p. 217.

⁽⁷⁾ *Idem. Op. cit.*, p. 218.

⁽⁸⁾ KIDDER, Daniel P. *Op. cit.*, p. 218-220. Sobre o assunto ver também, entre outros estudos: RICCI, Maria Lúcia de S. Rangel. "Alguns problemas ocorridos em Campinas na transição de Vila à Cidade". In: *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: Puccamp, XXXV (190). 239-242, jul./set. 2003.

bem assim pela ação das chuvas que eram comuns na latitude em que Campinas se encontrava. As depressões chegavam a apresentar *de 10 a 20 pés de profundidade (de 3 a 6 metros)*⁹.

Há que se compreender que sendo Kidder um missionário que estava mais preocupado em levar ao mundo a palavra cristã, ser sua preocupação mais voltada para observar/estudar as instituições religiosas. Seu relato não é a de um exímio escritor; todavia, sua linguagem é fluente, simples, mas com uma grande virtude – como bem analisou o bibliófilo Rubens Borba de Moraes – apresentar sempre *fidelidade*.

Sob o interesse que ora me vejo envolvida, vale para aprofundamento do estudo, a interessante *Relação dos nomes científicos e vulgares das mais notáveis plantas indígenas do Brasil, acompanhadas de observações sobre suas propriedades terapêuticas e suas aplicações comuns*¹⁰, que é apensada ao seu relato.

Sem dúvida que há necessidade de ser complementada tal análise, através de outras fontes, a fim de ser aprofundada/cotejada, principalmente ao se considerar os Distritos ora enfocados, sempre analisando a relação entre o ser humano e a natureza, levando em conta as variáveis ao longo do processo histórico de formação do conceito de meio ambiente.

Reflito assim, porque a cidade de Campinas e os hoje seus Distritos, constituem por ora os exemplos avaliados, aonde vem sendo grande o impacto das externalidades ambientais: rios poluídos, ar contaminado, devastações, etc.

Claro que os atuais problemas ambientais são bastante diferentes dos vivenciados pelos viajantes do século XIX e bem por isso, deixaram de ter o caráter local para terem amplitude global. Advém daí que atualmente os problemas ambientais aumentaram em escala nestes Distritos estudados, bem assim em frequência e quantidade.

⁽⁹⁾ Idem. *Op. cit.*, p. 221.

⁽¹⁰⁾ Idem. *Op. cit.*, p. 290-294 (trabalho que foi condensado de Louis Riedel, botânico do Rio de Janeiro).

Minha preocupação frente à pesquisa ora realizada nestes espaços é tentar entender/compreender ao resgatar historicamente o tradicional e como se foi constituindo, de fato, a variável ecológica nos dias atuais onde, até passado recente tais áreas foram objeto mais de preocupação econômica (será que só nelas?...).

Desta maneira penso que o declínio ambiental nestes Distritos não vem sendo fruto de pobreza e/ou riqueza, mesmo porque o crescimento das cidades acarreta mudanças ao meio ambiente. Daí, entre várias propostas para recuperação do ambiente, lembrar aquela que acredita ser a luta na atualidade voltada para dissolver o neoliberalismo radical com um projeto político-econômico-sócio-cultural humanizante.

Evidente que *Zaluar* não poderia escapar deste estudo por haver sido, entre significativos viajantes que percorreram a outrora pacata Campinas, outro que nos forneceu também algumas *pistas* para a reconstituição da problemática ecológico-ambiental nestas plagas.

Parece que foi *Zaluar* um *apaixonado* pelas terras paulistas não perdendo oportunidade em demonstrar com elogios a riqueza da área. Assim, vejamos alguns trechos do como se refere à Campinas:

florestas primitivas cobriam em todas as direções este solo precioso (...) sombra dos jequitibás, das perobas e das figueiras bravia, derramava sobre a cabeça dos viajores uma frescura mais vivificante e amena (...). A pureza do ar e o perfume das flores silvestres faziam deste lugar um verdadeiro oásis¹¹.

E disse mais: que a fama da fertilidade do solo e a excelente qualidade de seu clima, acabaram por atrair moradores de outras regiões o que em muito aumentou o povoamento da área, alargando mais a cultura açucareira que já era então notória, além de possuir também alguns engenhos.

⁽¹¹⁾ ZALUAR, A. Emílio. *Op. cit.*, p. 147.

Registrou ainda que a cultura cafeeira já era significativa não apenas pela qualidade do solo, bem como pelo espírito esclarecido e labutador de seus habitantes. Foi o trabalho árduo que enfrentaram que lhes deu oportunidade de transformar esta lavoura na região, adotando os mais aperfeiçoados métodos para a época o que contribuiu para o grande desenvolvimento de Campinas.

Afirmou que:

o clima de Campinas é dos mais amenos e salutareos que conheço (...)

Grande parte das estradas e caminhos vicinais parecem longas aléias de jardins, recendente de vivíssimos perfumes e adornados de mimoso matiz de mil variadas flores (...)¹².

Comentou, outrossim, sobre o sítio São Francisco em especial, por haver se encantado com sua localização privilegiada à margem do rio Atibaia, além de se deslumbrar com *as mais bonitas plantações de cana que já havia visto até então*¹³.

Aponta ainda que vizinha a esta propriedade (onde hoje se encontra Sousas), se localizava a do tenente-coronel Egídio de Souza Aranha onde estava *montada uma excelente serraria de madeira (...)* Seu dono tirava das *soberbas matas que possui lucrativa vantagem*¹⁴. Vejam que o meio ambiente não é de hoje que vem sendo destruído na região...

Impressionou-se Zaluar com a quantidade de árvores frutíferas encontradas, achando pitoresco o fato dos moradores irem todos os anos à época em que as árvores frutificavam, a passeios chamados *ir às frutas*, viajando as famílias em romaria de umas para outras fazendas. Os homens aproveitavam para caçar e pescar¹⁵.

⁽¹²⁾ ZALUAR, A. Emílio. *Op. cit.*, p. 154.

⁽¹³⁾ *Idem*. *Op. cit.*, p. 155.

⁽¹⁴⁾ *Idem*, *Ibidem*.

⁽¹⁵⁾ *Idem*, *Op. cit.*, p. 156.

Menciona que além da abundância de frutas do mato, havia ainda abacateiros, jabuticabeiras, videiras...

Neste vôo de pássaro apenas com estes viajantes que por esta região passaram, vemos o quão interessante se apresenta o revisitar desta literatura, mesmo porque nada passava despercebido a eles à medida que, uns vieram para o Brasil enviados que foram por suas pátrias, enquanto outros, apenas voltados pela curiosidade em conhecê-lo. Mesmo assim constituem interessantes fontes de conhecimento para os diferentes momentos de nosso processo histórico.

Vários deles propuseram e, os três ora citados demonstraram que, falar em meio ambiente e desenvolvimento é expressar a vida como um todo, partindo de múltiplos temas: clima, florestas, águas doces, agricultura...

Seus recados foram dados e, desta forma, devemos conhecê-los, aproveitando o que dizia João Guimarães Rosa *in: Grande Sertão: Veredas: a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada*. E este tempero está a exigir muito, sobretudo no momento ora vivenciado, onde o desenvolvimento sustentável se torna imprescindível.



JOSÉ DE ANCHIETA “O SANTO DO BRASIL”

Paulo Barros CAMARGO

No dizer do Mestre Afonso de Taunay Anchieta foi o mais notável dos fundadores de São Paulo”. Pergunta-se então, porque o mais notável? Será que São Paulo teve mais de um fundador? Está aqui um ponto da história Paulista muito controvertido; os documentos não são categóricos e muitas vezes controvertidos; os historiadores encontramos em posições antagônicas e se digladiam de forma peremptória e nem sempre com muita razão, entretanto passionais e sentimentais.

Isto não acontece apenas com relação a São Paulo de Piratininga pois em quase todas as povoações coloniais do Brasil encontram as dificuldades e confusões em determinar com segurança a época da fundação e de apontar os seus fundadores. Isto – se dá inclusive com a fundação de São Vicente a célula mater da nacionalidade.

Foi Martin Afonso de Souza o fundador? Há quem diga que talvez. Com relação a São Paulo teria sido, Martin Afonso de Souza ou João Ramalho, os jesuítas Nóbrega, Anchieta, Leonardo Nunes ou Manoel de Paiva, ou ainda os Cacique Tibiriçá – ou Caiubi?

Qual o único fundador? Então retomamos as afirmações do mestre Taunay. Anchieta foi o mais notável.

No dizer do historiador Ernani da Silva Bruno “Ninguém tem o direito de expulsar do ato amplexo da fundação da cidade de Piratininga nenhum desses personagens. Eles atuaram como símbolos ou expressões de profundos fatores econômicos, políticos e religiosos, que se entrelaçaram e se fundiram em determinado momento histórico, dando em

resultado o povoamento do planalto da Capitania de São Vicente e da formação do seu primeiro núcleo urbano estável.

Entretanto não podemos em sã consciência deixar de reconhecer a figura de Anchieta a de maior expressão no episódio da fundação de São Paulo. Senão vejamos sabe-se que um grupo de jesuítas fundaram São Paulo, mas o qual deles o principal, o verdadeiro fundador? Se considerarmos que a fundação de São Paulo não poderia – ter sido obra de um só, todos os já mencionados ajudaram a sua fundação, mas Anchieta foi e é o principal fundador. Porque? Diz o historiador e poeta Cassiano Ricardo; Pelos atos que ele praticou inicialmente e depois, uma vez que São Paulo não seria fruto de “um só ato e de um só dia.

No dia 25 de Janeiro de 1554 o Padre Jesuíta Manoel de Paiva, disse na 1ª – Missa no planalto de Piratininga, considerado por muitos o ato da fundação de São Paulo.

Mas na mesma data o Irmão José de Anchieta fundou o Colégio, e fundado o Colégio, este iniciou a formação da Vila num meio selvagem e inóspito à boca do sertão, no topo a Serra do Mar, sem condições nenhuma para prosperar, e foi Anchieta quem forjou essas condições.

Ainda é Cassiano Ricardo quem diz: São Paulo foi fundado por um ato inicial simples, quase simbólico e por uma longa série de atos sucessivos e penosos. E eu – então digo heróicos.

Estes atos sucessivos e penosos só uma personalidade forte, destemida polimorfa como Anchieta poderia ter praticado. Anchieta sentiu a força telúrica do ambiente e aproveitou os padrões culturais indígenas de comportamento, estudou tupi – para poder entrar no mundo primitivo pois só assim poderia garantir a obra da fundação, tendo sido o indígena a sua primeira preocupação. É admirável pensar que essa proesa formidável de um pequeno espanhol das Canárias, mal saído das aulas humanísticas de Coimbra, ainda quase adolescente enfermício e tímido, fosse chegar a figura gigante e polimorfa do pobre e humilde José, cujas virtudes heróicas marca a história Paulista como posição central na galeria dos seus maiores pois foi êle o

O Primeiro Mestre Escola
 O Primeiro Tupinólogo do Brasil
 O Primeiro Poeta
 O Primeiro Soldado
 O Primeiro Diplomata
 O Primeiro Cronista
 O Primeiro Jornalista,
 O Primeiro Dramaturgo e fundador do Teatro Brasileiro,

podendo mesmo ser o patrono de todas as profissões, sapateiro, barbeiro, pedreiro, farmacêutico, enfermeiro, construtor, engenheiro, enfim ele exerceu todos os misteres da vida, com primasia, com dedicação, com competência, com amor, com total-renúncia, não tendo outro objetivo senão a sua fé no Criador em benefício do próximo, num meio totalmente incerto e selvagem, não tendo outro escopo a não ser para a Glória de Deus. Estudando a vida desse inaciano nos leva as vezes a um pendor panegirico, entretanto nunca será exagero assim proceder, face a sua incomensurável personalidade.

Menunciando a vida fabulosa de Anchieta é de todo impossível num curto espaço desta fala, mas nos cabe destacar alguns lances dessa vida maravilhosa.

O PRIMEIRO MESTRE

Com a fundação do Colégio à 25 de Janeiro deu início Anchieta a sua obra – evangelizadora e educativa pois é ele mesmo quem diz: “Eu ensino os meninos a ler, escrever e cantar”.

Capristano de Abreu presta o seu valioso depoimento: “No dia 25 de janeiro de 1554 dia da conversão do Apóstolo, do gentio, lançaram-se dos fundamentos da atual cidade de São Paulo em Piratininga. Anchieta esteve presente.

Fez-se professor dos corumins, dos irmãos e dos sacerdotes. Para suprir a falta de livros, perdia parte da noite a copiá-los e sua atividade

intelectual—era incansável. É portanto evidente a primasia de Anchieta no ensino da Cartilha – em São Paulo. Além do mais Anchieta já tinha sido mestre do ABC no Colégio da Bahia quando de sua chegada ao Brasil, e assim continuando quando da sua estada – na Vila de São Vicente. Um ano depois da fundação do Colégio em São Paulo em 1555 escrevia Anchieta em suas cartas quadri-mestre: “estamos nesta aldeia de Piratininga onde uma grande escola de meninos, filhos de índios, ensinados já a ler e escrever. Seus pais são muito domináveis, posto que já não matam nem comem os contrários”.

Como se nota, em um ano Anchieta conseguira um grande milagre, o Colégio já era “**uma grande escola**” e os índios já não comiam seus inimigos. Basicamente era uma escola de ler, escrever e de religião. Mas Anchieta também ensinou irmãos e até padres, pois se revelara desde logo em Coimbra, excepcional humanista. Latim, – Portugues, Castelhana e Tupi. eram as catedras que ele regia nos dias da Implantação do Colégio. Jônatas Serrano diz que Anchieta foi o “precursor da Escola nova na floresta ínvia entre a indiada antropófaga”. Anchieta era vocacionalmente um mestre, um professor inato, um estudioso permanente. Poeta e dramaturgo, usando a poesia e o teatro como forma de transmissão de ensinamentos, ia o irmão José incutindo nos selvagens ensinamentos morais, religiosos, plantando as verdadeiras raízes da nacionalidade. É inacreditável o poder de improvisação desse inaciano, ora nas próprias tabas, ora em pleno campo a céu aberto, os métodos de aprendizagem – nela empregados eram os mais diversos: não havia papel, não havia tinta, não havia lápis, não havia livros, não havia quadro negro. Faltava de tudo.

Só não faltava aquele espírito indómito de caridade continuada que animava José de Anchieta, no sentido de catequisar e evangelizar os selvagens e o colono. Ele mesmo diz em um dos seus “autos”:

*“Alegrai-vos
Filhos meus por mim
Aqui estou para vos proteger
Vim do Céu*

*Para Junto de vós
A ajudar-vos sempre”.*

ANCHIETA O MÉDICO

Em sua pequena história da Medicina Brasileira o nosso historiador Licurgo Santos Filho diz: “A assistência médica foi uma das poderosas armas empregadas pelos padres jesuítas na catequese do selvagem brasileiro.

Foi ela quem deu à Companhia de Jesus um de seus maiores títulos de glória, proporcionando o socorro médico, não somente ao indígena como aos colonizadores e escravos.

Nesses duros anos de catequese, o inaciano medicou, lancetou, sangrou e até patejou.

Nos primeiros anos de colonização quase todos os padres e irmãos jesuítas praticaram a Assistência Médica.

Diz o historiador Lopes Rodrigues em seu livro “Anchieta e a Medicina, que: “Anchieta foi médico, cirurgião, parteiro, higienista, legista, terapeuta, genicólogo logo, psiquiatra, nosologista, naturalista e observador, enfermeiro, padioleiro, – coveiro, não houve ramo de medicina que não atraísse a divina intuição do Padre / Anchieta”. Mais adiante ainda diz: “Mezinhou, operou, sangrou, partejou, pensou, exumou; curou feridas bravas, cancros, mordeduras, envenenamentos, assistiu à velhos e infantes, moribundos e alucinados; curou feridas de guerra, flechados, massa-crados; combateu pestes, infecções, febres, epidemias, suicídios, sugestionou, – persuadiu, aliviou aflitos e moribundos, inhomou os mortos, finalmente descreveu doenças e doentes. E ainda diz “é por isso que lhe damos o título de:

“Galeno Jesuítico do Brasil”

É o próprio Anchieta quem diz em uma de suas célebres cartas: “No tempo em que estive em Piratininga, servi de Médico e barbeiro, curando e sangrando”.

ANCHIETA O POETA

Encontramos no Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira da Editora Cultrix, no verbete; Anchieta, pag. 31 o seguinte:

Desde logo ao lado da Catequese, Anchieta dedicou-se ao estudo da língua nativa, compondo nela orações cristãs, o catecismo e os interrogatórios para as confissões, esboços dramáticos, cantigas – profanas e sacras, chegando estabelecer, baseado na língua latina, – as normas gramáticas do idioma, gentio em sua obra – Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil. (Coimbra 1595). A poesia tanto aquela expressa em português e espanhol (cuja experiência se inspira na tradição poética da Península em metro redondilho) como a que escreveu em latim ou tupi, surge marcada por acentos fortes de melancolia e desencanto quando não por uma unção religiosa que – não chega a ser mística num prolongamento da velha tradição europeia do culto poético mariano. Duma poesia lírica que lembra os melhores momentos da poesia de Gil Vicente, são as suas trovas escritas para Santa Inês, em Pentassílabos.

De certo temos em Anchieta, um autêntico polígrafo, escrevendo em vários idiomas e sobre a matéria a mais diversa: didática, epistografia, poética, parenética, teatral e histórica.

Para a maioria dos críticos literários, Anchieta foi o criador da poesia brasileira, e ponto de partida esplêndido de uma literatura que despontava para os seus grandes momentos. É Cassiano Ricardo quem diz: “Mas o meu Anchieta é o poeta, hoje ainda de vanguarda, pois são até os vanguardistas de 1965 que o citam como precursor”.

A Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo publicou um alentado volume de 833 páginas com as poesias de José de Anchieta, em Português, Castelhanos, Latim e Tupi em manuscrito do século XVI, que é o maior repositório da obra de Anchieta, por onde se vê a sua grande produção literária: “O Poema à Virgem Santíssima é talvez de todas as obras de Anchieta a mais conhecida e a mais celebrada. Diz o escritor Julio Garcia Morejón “O Poema à Virgem escrito na areia de Iperoige, é uma das suas obras-primas, extraordinário esforço de mais de cinco mil versos e uma

das maiores alturas a que chega a poesia mariana em latim a época em que produziu”.

O Poeta Menotti del Picchia assim canta:

*Anchieta,
Tramaturgo e poeta,
Teu fulgor enche a noite da colonização.
Como um astro a luzir através do sertão.
Ergueste à Virgem Pura um poema lunar.
Nas areias do mar, junto às ondas do mar,
Da praia vicentina em cujo céu de anil
Teu vulto cresce, imenso, a irradiar glória e graça.
Santo da minha raça,
Nosso Senhor do Brasil.*

ANCHIETA O SANTO

Depois de ter levado vida santificada e mortificada, morre ele a 9 de junho de 1597 em Reritiba: imediatamente o Padre Pero Rodrigues, Provincial do Brasil encarregou o Padre Quirino Caxa, professor de Teologia dogmática e moral, de escrever uma biografia do Tramaturgo do Brasil, o que foi feito em 1598. Quirino Caxa foi portanto o primeiro biógrafo de Anchieta, e nela lemos: “Se é verdade que todas – as virtudes andam juntas como boas irmãs, certo é que o Padre José as teve todas em muita perfeição”.

Em seguida enumerou todas elas e mais ainda um rol extenso dos milagres com pormenores e provas dos dons sobrenaturais de Anchieta.

Uma aureola de Santidade desde logo lhe circundou a fronte: o Taumaturgo além de apóstolo praticava atos que só um santo poderia fazer.

Por sua vida imaculada, seu constante martírio, ainda em terra selvagem e inóspita, José de Anchieta bem mereceu a honra dos Altares.

Foi um eleito um bem aventurado. O processo de sua canonização ainda – não está concluído. Apenas foi beatificado, e seu culto pode se dar no Brasil onde exerceu o seu apostolado. Na Companhia de Jesus da qual – era membro e em sua terra natal nas Canárias.

É pois o Padre José o nosso Santo, o Santo do Brasil, o se primeiro taumaturgo, o modelo dos heróis evangélicos que o Brasil produziu no período Colonial.

DONALD PIERSON E A SOCIOLOGIA, NO BRASIL

Renato PACHECO

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1953, jovem Catedrático do Ensino Secundário, por concurso de títulos e provas, realizado em 1951, tive meu currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação para lecionar na recém-instalada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Havia pouquíssimas escolas do gênero, no país, e raros eram os professores com titulação para as novas cátedras. Tive a honra de, na ausência momentânea do Professor Onofre de Arruda Penteadado, da USP, ministrar a 1ª aula na novel faculdade versando o tema “observações gerais sobre o ensino da história”.

Diante da presença entre nós da chamada “missão paulista”, composta dos professores Atos da Silva Ferreira, de geografia, Douglas Teixeira Monteiro de Antropologia, e sua senhora Professora Marilda Monteiro, de Latim, e de Wilson Cantoni, de sociologia, a que se juntou, depois, o Prof. Antônio Pinto de Carvalho, da Universidade de Coimbra, nós, os ilhéus, nos sentimos um pouco intimidados. Eu pessoalmente sentia falta de estudos pós-graduados, pois era apenas bacharel em direito, “como toda a gente”, como se dizia, à época. Fiz ver a meu mentor e amigo, Mestre Guilherme Santos Neves tal necessidade, pois o curso daria qualificação específica para o magistério superior. Ouvido o Governador, e maior incentivador da Faculdade, Jonas Santos Neves,

aplaudiu meu desiderato, e, estudadas as diversas opções disponíveis, inscrevi-me nos cursos seqüenciais e no mestrado da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde pontificava o Prof. Donald Pierson.

Cheguei à Capital Paulista um mês antes das aulas, tímido e temeroso do que ia encontrar na grande cidade. O Professor cujas aulas mais me interessavam estava ainda de férias, nos Estados Unidos. Para não perder tempo, fiz curso de extensão com o Prof. Florestan Fernandes, na Faculdade da rua Maria Antônia.

Em fins de fevereiro de 1954, finalmente encontrei o Prof. Dr. Donald Pierson, que concordara em me entrevistar em um dos salões do Hotel Excelsior, à Avenida Ipiranga, no centro da Cidade.

Conversamos, e o professor, baixinho e gordote, lembrando, no físico, o Prof. Guilherme Santos Neves, sorridente, depois de questionar-me com acurácia, aceitou que eu me inscrevesse em seu seminário “A família no Brasil”.

No velho sótão da Escola Álvares Penteado, no Largo de São Francisco, iria, uma vez por semana, encontrar o mestre norte-americano, a simpática secretária Maria Izabel dos Santos, com seu peculiar sotaque de Tatuí, e os colegas Hiroshi Saito, Alfonso Trujillo Ferrari, Pe. Aldemar Moreira S. J., Márcia Alves de Souza e Esdras Borges Costa. Cada aluno recebia, para levantamento de hipóteses, um clássico das ciências sociais brasileiras, o que, ao final, deu origem a diversos artigos publicados na pioneira revista **Sociologia**, inclusive meu pequeno ensaio “Alguns aspectos legais do casamento no Brasil” (outubro, 1954).

Foi ano de muito estudo (e muitas festas, também, pois se comemorava o IV Centenário de Fundação de São Paulo). Ainda cursávamos as matérias seqüenciais (uma espécie de graduação condensada para os oriundos de outros cursos superiores) com os professores Oracy Nogueira, Antônio Rubbo Muller, Octávio da Costa Eduardo, Fernando Altenfelder Silva, Mauro e Juarez Brandão Lopes, e entre os convidados Sergio Buarque de Holanda e Antônio Cândido.

O professor Donald Pierson dava a todos os alunos uma atenção inusitada, no Brasil, inclusive convidando-nos para almoçar na

bela casa que alugara no Brooklin Paulista, bairro então longínquo a que se chegava pelo bonde de Santo Amaro.

Ao fim do ano, satisfeito com meu desempenho, o professor requeceu a seu grande amigo Prof. Anísio Teixeira que a Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) me concedesse bolsa para conclusão do mestrado, o que foi deferido para o ano de 1956, quando o Prof. Pierson, por motivo de saúde, já deixara o Brasil.

Atacado de virulenta herpes zoster intercostal, o Professor deixou o magistério, voltando a sua pátria num Constellation da Panair. Sua dedicada esposa D. Helen Batchelor Pierson foi obrigada a viajar com a volumosa bagagem de objetos pessoais e livros, por via marítima.

O navio parou em Vitória, e a bondosa senhora foi nos visitar. Chegando a nossa casa, na rua 7, a empregada informou-lhe que Tilda, minha esposa, fora operada de vesícula, e eu a acompanhava no Hospitas da Santa Casa de Misericórdia de Vitória Indagando como se chegava lá, a moça disse-lhe singelamente:

- É só acompanhar a linha do bonde.

Pois não é que D. Helena acompanhou os trilhos da Central Brasileira e nos fez honrosa visita?

Não mais encontrei o mestre dedicado, mas tive durante mais de vinte anos correspondência com ele. Em 1955, mantive em **O Diário de Vitória** uma secção de entrevistas, **Conversa a dois**, em que ouvia desde Adecândido, maquinista da Vale, o vendedor de jornais Flávio, até os mais importantes escritores locais como Augusto Lins, Antônio Pinto de Carvalho, Alvinho Gatti, José Carlos Oliveira, Newton de Freitas, Mario Leônidas Casanova, Tulo Hostílio Montenegro e Carlos Madeira.

No dia 10 de agosto daquele ano tive o prazer e honra de publicar a entrevista com Donald Pierson, resumindo as respostas por carta enviadas, e na qual ele defendia a profissionalização do professor universitário, em dedicação exclusiva. Mostrou sua surpresa ao chegar à Bahia, na década de 30 do século passado, e descobrir que Nestor Duarte,

com o qual fez amizade, era, a um tempo, jornalista, advogado, professor de Direito e “deputado estadual”.

Pela grande admiração que tenho pelo Mestre, desejo ressaltar a extraordinária figura humana que ele foi, ainda mais que está quase esquecido na história de nossa ciência social. No Brasil ele viveu 18 anos e muito fez pelo desenvolvimento da sociologia científica.

I. PIERSON NO BRASIL

Donald Pierson nasceu em 8 de setembro de 1900, na cidade famosa das 500 milhas, Indianápolis, Indiana, Estados Unidos da América do Norte, de onde, aos seis anos, se mudou, com a família, para o Kansas. Em 1920 terminou o “College” em Emporia, Kansas, e graduou-se, em 1927, na Universidade de Chicago, então o mais reputado centro de estudos sociológicos do país, onde pontificava Robert Ezra Park, estimado professor de Pierson.

Veio a época da grande depressão e o jovem bacharel, recém casado com D. Helen Batchelor, teve que lecionar para custear sua pós-graduação, fenômeno comum, no Brasil, mas muito raro nos Estados Unidos. Entre 1935 e 1937, ministrou Seminário “Raça e Cultura” na Fisk University, em Nashville, Tennessee, datando daí seu acentuado interesse pelos estudos interraciais.

Com bolsa da Universidade da Chicago, passou dois anos na Bahia, de onde resultou as tese de doutoramento, defendida, **cum laude**, em 1939, sobre Brancos e Pretos no Brasil, que, ao ser publicada, em 1942, mereceu o Anisfield Award, como o melhor livro erudito e científico do ano.

Convidado, a seguir, a lecionar em São Paulo, para a grande metrópole se mudou em 1941, como professor catedrático da Escola de Sociologia e Política, onde criou a Divisão de Estudos Pós-graduados, aí permanecendo até 1955.

Na Escola, sempre demonstrou sua capacidade de trabalho, com o uso da metodologia científica no campo das ciências humanas, o que era pouco aplicado, então, no Brasil.

Lembra Vamireh Chacon (Chacon, 1977, p. 100 a 104) que logo depois da derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, líderes empresariais, sentindo a necessidade de se repensar o país, coordenados por Robert Simonsen, “doublé” de empresário e intelectual, lançaram, em 1933, o Manifesto de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a qual, em 1938, foi integrada à Universidade de São Paulo, como “instituição complementar” e hoje é fundação particular.

Nesse manifesto ficou dito que “as elites dirigentes não mais podiam dispensar de seu serviço o trabalho de quadros técnicos especializados em “Ciências Sociais”.

O objetivo da novel escola era, destarte, formar novos técnicos que orientassem e dirigissem a expansão econômica do Estado e do país.

Para tal fim, a exemplo da própria USP de Armando Salles de Oliveira, foram, de início contratados professores estrangeiros. A ESP recebeu, também, da Fundação Rockefeller, uma preciosa doação de livros básicos, com obras que muitos professores europeus só vieram conhecer, em São Paulo.

Aos de fora, se uniram os luminares da cultura paulista, à época, como Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, e inclusive o próprio Roberto Simonsen, de cujas aulas resultou uma conhecida **História Econômica do Brasil**.

A Escola se tornou uma espécie de referência, para o que, na época, se entendia bons cursos de sociologia, economia e política.

Ainda segundo Chacon, seguia ela uma linha empírica anglo-saxônica, com, entre outros, os professores A. R. Radcliffe-Brown (Oxford), T. Lynn Smith (Lousiana), Kalevo Oberg (Smithsonian) “e principalmente Donald Pierson, da Universidade da Chicago”.

Em 1945, para atender a seus alunos, e especialmente ao crescente mercado nacional do livro didático, editou através da prestigiada Biblioteca de Educação da Cia. Melhoramentos de São Paulo, o prestante livro **Teoria e pesquisa em sociologia**, em cujo prefácio o emérito educador Lourenço Filho disse que a contribuição do Prof. Donald Pierson “no

desenvolvimento da sociologia no Brasil, tem sido por todas os títulos, das mais fecundas e proveitosas, dirigida como é no sentido de imprimir-lhe o cunho realmente científico”. Isto naquele recuado ano, e, a obra teve 18 edições, até 1981, sempre reformulada pelo Autor, e que foi usada por milhares de estudantes.

Além disso, mantinha Pierson correspondência com estudiosos no Brasil e exterior; dirigiu com Emílio Willens a revista **Sociologia**, fez inúmeras conferências de divulgação – as ciências sociais eram então novidade – somente em São Paulo, como no Rio, Santa Catarina e Minas Gerais; dirigiu o programa de pesquisa em antropologia social da Smithsonian Institution, de Washington, D. C., e coordenou a famosa Coleção de Ciências Sociais (1943–1949) da editora Martins, que divulgou, em português, doze obras importantes, como, **O homem** de Ralph Linton e a **Criminologia** de Edwin Sutherland.

Como já se disse, Pierson viera de importante núcleo de estudos sociológicos, em Chicago, e, aqui, como confessa Mariza Correia (Correia, 1987) implantou sistema semelhante.

Seu propósito central, diz ele, era preparar alunos como pesquisadores, lembrando o nome dos primeiros, entre outros, Mauro Brandão Lopes, Octávio da Costa Eduardo, Oracy Nogueira, Carlos Borges Teixeira, Mario Wagner Vieira da Cunha, Levy Cruz, Juarez Brandão Lopes, Fernando Altenfelder Silva e Alceu Maynard Araújo.

É interessante observar que alguns de seus alunos desenvolveram certa antipatia ao escorço metodológico de Pierson; outros, envolvidos em anti-americanismo crescente, em São Paulo, também manifestaram sua aversão ao professor “estrangeiro”.

Não tenhamos dúvida, Pierson era uma espécie de missionário e tentava divulgar, no Brasil, maneira empírica de estudar a sociedade, não uma sociologia norte-americana, mas o enfoque que vem de pioneiros da ciência, como Emile Durkheim, ao qual Pierson dedicou **Teoria e Pesquisa em Sociologia**. Estávamos diante de uma forma de conhecimento criada no Ocidente, a partir do século XIX para estudar a sociedade capitalista.

2. PRINCIPAIS OBRAS

Em 1942, Pierson lançou pela Chicago University Press, **Negroes in Brazil: a study of race contact in Bahia**, que em vernáculo, saiu como **Branços e pretos na Bahia**, São Paulo, CEN., vol. 241, 2ª edição, 1971, no qual, tenho a honra de ser citado, à página 25, pela modesta ajuda dada ao preparo à introdução daquela edição.

Neste livro estuda o A., com profundidade, o cenário; a escravidão; a miscigenação; raça e **status** social; herança africana e a “situação racial” bahiana.

No livro didático já referido, **Teoria e pesquisa em sociologia** o A. defende seu ponto de vista, a caminho de uma sociologia sistemática; conceitos fundamentais e fornece bibliografia selecionada. Nenhum outro livro, nesse campo específico, teve tantas edições em tão largo lapso temporal (1945 – 1981) sendo lamentável registrar que, em 26 de março de 2001, a editora comunicou-me que não mais possuía dados sobre o A. que tanto lucro lhe propiciara.

A seguir, em 1957, Pierson publicou **Cruz das Almas, a brazilian Village**, com a assistência de Levy Cruz, Mirtes Brandão Lopes, Helen Batchelor Pierson, Carlos Borges Teixeira e outros. Em português, constitui o volume 124 da Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olimpio, lançado em 1966. Tenta obra, dentro da linha dos “estudos de comunidade”, analisar, por inteiro, uma vila, sua história, a base ecológica, sociedade e cultura, com bibliografia e glossário.

Em 1972, depois de insana luta com a burocracia, Pierson lançou, pela Superintendência do Vale do S. Francisco (Suvale) do Ministério do Interior o monumental trabalho **O homem no vale do São Francisco**, em 3 tomos, e 1500 páginas, nas quais se estuda a região, sua história; a gente; o sustento; sociedade e cultura; ciclo vital do indivíduo, a que o A. agregou interessantes sugestões para pesquisas futuras e para o planejamento social. Mais uma vez sinto-me ligado a esta obra, pois durante quase um ano auxiliei na classificação e arquivamento (em caixas

de papelão tipo sapato) milhares de fichas datilografadas contendo notas de campo dos diversos pesquisadores.

3. ÚLTIMOS ANOS

Posteriormente à saída do Brasil, nosso biografado, logo que se curou, sempre ativo, fez pesquisas também no México, para a União Pan-Americana, e Espanha e Portugal (1963 – 1964) para a Fundação Guggenheim, tendo sido, em 1966, Fulbright Lecturer, em Portugal, de que resultou um texto sintético “National images in Portugal and Spain”, a preliminary view, publicado *In memoriam* de Antônio Jorge Dias, vol. VII, Lisboa, 1974.

Aposentando-se, definitivamente, o grande professor e sua esposa, como tantos outros conterrâneos seus, passou a morar na Flórida, onde veio a falecer, em 1995, na cidade de Leeburg.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os inúmeros e volumosos arquivos pessoais do Prof. Donald Pierson foram distribuídos em 2 partes:

1ª) Está na Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, M. G. com a maior porção dos documentos referentes à pesquisa do Vale do São Francisco;

2ª) Está nas Coleções Especiais da Universidade da Flórida, USA, em 10 caixas, abrangendo leituras de sociologia; estudo do homem; o estudo do São Francisco; etiqueta no Brasil e Portugal; imagens nacionais na Espanha, Portugal e Brasil; fichas de pesquisa e parte do estudo do Vale do Rio São Francisco.

Entre as recomendações que o saudoso mestre deixou ao planejador social (Pierson, 1972, p. 471) considerou ele, primeiramente, que a “introdução deliberada de mudança social é empreendimento difícil, e, não raro, precário” donde:

- 1º) É mister conhecer-se a cultura em que se vai atuar.
- 2º) Verificar o potencial da comunidade escolhida.
- 3º) Começar com um projeto pequeno, como em 1953, na Coréia do Sul, com um só especialista da ONU.
- 4º) Formular um programa integrado.
- 5º) Fazer seleção cuidadosa do local.
- 6º) Fazer seleção cuidadosa das pessoas.
- 7º) Não ameaçar nunca a margem de segurança material de ninguém, na comunidade, para não criar inimigos ao projeto.
- 8º) Apelar para os valores pragmáticos da comunidade.
- 9º) Seguir a melhor seqüência no lançamento do programa.
- 10º) Utilizar as lideranças locais.
- 11º) Fazer pagamento “simbólico” por tudo que se faz no projeto, pois o gratuito não tem valor.

Como se vê, sugestões atuais raramente seguidas por nossos planejadores sociais.

Para concluir, duas curiosidades que vinculam Donald Pierson ao Espírito Santo.

Em 1955 ele quase veio lecionar em nosso Estado, num programa que envolvia o estudo do Vale do Rio Doce sob os auspícios da Fundação Ford. O projeto só não se concretizou porque o querido e também saudoso Prof. José Leão Nunes, então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do E. Santo se recusou, peremptoriamente, a assinar uma carta-solicitação em inglês, considerando tal fato uma diminuição a sua condição de professor de nossa língua e um desrespeito à lei que obrigava que em língua vernácula fossem redigidos os documentos oficiais.

A segunda é que o também querido e saudoso Des. José de Oliveira Roza, em seu livro **Mensagens do amor cristão. Espíritos diversos**, Vitória, Lumière, 1997, à página 55, sob o título “Fraternidade e riqueza”

transcreveu mensagem psicografada, atribuída a Donald Pierson que conclui: “todos devemos trabalhar na distribuição do amor entre os homens, facilitando assim a distribuição justa da riqueza”. Onde ele estiver, peço desculpas do eminente Desembargador, pois, no primeiro momento, lhe assegurei que o Prof Pierson estava vivo ainda, o que, consoante verificação posterior, se verificou não ser verdadeiro.

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo não desfrutava mais do prestígio nacional que teve nas décadas de 30 e 40 e 50. Sua fama, então, se deveu, em grande parte, à presença, em seu corpo docente, do ilustre Prof. Dr. Donald Pierson.

BIBLIOGRAFIA

CHACON, Vamireh – **História das idéias sociológicas no Brasil**. Edusp, Grijalbo, 1977.

CORREIA, Mariza – **História da antropologia no Brasil 1930-1960** S. Paulo, Unicamp, 1987.

FREITAS Marcondes, José Vicente. “O sociólogo Donald Pierson e o Brasil” in **Problemas brasileiros**, agosto, 1982, p. 21 e sgts.

PACHECO, Renato – “Conversa a dois” in **O Diário**, Vitória, ES, 1955.

PIERSON, Donald – **Branco e pretos na Bahia**. São Paulo. CEN. Brasileira, vol. 241, 2ª ed., 1974

PIERSON, Donald – **Teoria e pesquisa em sociologia**. S. P. Melhoramentos. 18ª ed., 1981.

PIERSON, Donald – **Cruz das almas, a brazilian Village**. Washington, D. C. Smithsonian, 1951.

PIERSON, Donald – **O homem no Vale do São Francisco**, 3 volumes, Minter, Suvale, 1972.

AINDA A DITADURA REPUBLICANA DO POSITIVISMO

Arthur Virmond de LACERDA NETO

No número 192 da “Notícia Bibliográfica e Histórica”, expliquei o que é a ditadura republicana do Positivismo, que certos autores nacionais associam com regimes autoritários, atribuindo àquela doutrina uma conotação que ela jamais apresentou e que, na verdade, repudia.

No Positivismo o vocábulo ditadura entende-se na acepção etimológica de ato de ditar, de profererem-se determinações governamentais, sentido corrente ao tempo em que Augusto Comte concebeu a expressão ditadura republicana. As manifestações dos positivistas brasileiros, ao longo da nossa história republicana, primam pela exortação à concórdia, pelo respeito pelas liberdades e pela legalidade, como o demonstram os exemplos a seguir.

Logo após o término da insurreição constitucionalista de São Paulo, deflagrada em 9 de julho de 1932, o positivista ortodoxo Amaro da Silveira proclamou, em opúsculo, a necessidade das seguintes “inadiáveis providências”:

1ª) Urge restabelecer legalmente a organização republicana, decretando desde logo, para esse fim, as medidas indispensáveis ao imediato restabelecimento da Constituição da República, promulgada em 24 de Fevereiro de 1891, como base de todo o aperfeiçoamento futuro de nossa organização política;

2ª) Urge decretar também a sumária derrogação de todas as leis e atos públicos violadores do regime republicano de federativo, consagrado por essa Constituição;

3ª) *Urge, finalmente, decretar uma anistia ampla a vencidos e vencedores, sem distinção das causas que abraçaram e das classes e posições que ocuparam, em relação aos diversos abalos revolucionários, verificados a partir de 1922*".

Ele exortava à reposição da constituição de 1891 que, de marcante inspiração positivista, assegurava as liberdades públicas, como exortava à supressão das medidas anti-republicanas adotadas pelo governo (a exemplo da instituição do ensino religioso obrigatório, em 1931, violador da liberdade de consciência, ao que, aliás, reagira o positivista Jurandir de Castro Pires Ferreira, mediante a organização, em 1928, da Cruzada Republicana, que recolheu milhares de adesões pelo país afora); exortava, por fim, à pacificação por meio do perdão geral.

Ora, se o regime de Getúlio encarnasse a ditadura republicana em âmbito nacional, Amaro da Silveira não exortaria à sua modificação, mediante a restauração da legalidade interrompida com a abolição, em 1930, da carta de 1891; tampouco advogaria a *sumária derrogação de todas as leis e atos* que haviam infringido a república federativa, instituída por aquele diploma. Ele, ao contrário, calar-se-ia ou aplaudiria o regime, que, ao invés disto, tacitamente desaprovou com a sua exortação. Desaprovou-o, como positivista, porque o regime de Getúlio, antes de 1937, não representou, de longe sequer, a ditadura republicana, como tampouco a representou com o Estado Novo a partir daquele ano.

Referindo-se ao Estado Novo, assim se exprime o positivista Jefferson de Lemos: "Infelizmente, uma revolução que sobreveio em 1930 [...] aboliu a Constituição de 91, impondo uma ditadura *ao mesmo tempo revolucionária e retrógrada, pois que i, nfringia gravemete as liberdades públicas*, e além de tudo, sob uma inspiração exótica fascista, que enfeixava nas mãos do Chefe de Estado todos os poderes [...]. A nossa continuidade histórica foi assim quebrada."

Atente-se: ele qualifica o regime de Getúlio de ditadura revolucionária e retrograda apreciação pejorativa que certamente não formularia se o Estado Novo representasse o Positivismo ou o Castilhismo em âmbito nacional. Longe de naquele regime vislumbrar qualquer

influência positivista, nela enxerga uma inspiração fascista, que, ao contrário da ditadura republicana, “enfeixava nas mãos do Chefe de Estado todos os poderes”, o que rompeu a continuidade histórica ao invés de afirmá-la, ou seja, à carta de 1891 – de marcada presença positivista no que tange às liberdades – substituiu-se uma realidade política liberticida e portanto anti-positivista,

Prosegue Lemos: “O caminho a seguir neste momento [escrevia em 1946], afim de restabelecer a nossa continuidade histórica, está assim indicado: manter a concentração do poder central sem impedir a autonomia dos Estados; República federativa e presidencialista, nos moldes da constituição de 1891, e principalmente, manter integralmente que atende a todas as liberdades públicas e ainda o seu artigo final, que a fecha com chave de ouro, pois que deixava margem a todas as medidas que um governo progressista desejasse empreender no sentido do bem geral, sem infringir seus princípios fundamentais: *“A especificação das garantias e direitos expressos na Constituição, não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma de governo que ela estabelece e dos princípios que consigna”* (negritos de Lemos).

Em 1945, a propósito da eleição presidencial, disputada pelo gen. Eurico Gaspar Dutra, candidato getulista, e pelo opositor brigadeiro Eduardo Gomes, o positivista ortodoxo Carlos Torres Gonçalves, antigo quadro de confiança de Borges de Medeiros, assim escreveu: “Entre os concorrentes admissíveis, nossa preferência, tem de ser pelo que professe maior número de postulados republicanos: [entre os quais] mais respeito pelas liberdades civis e políticas.

Neste momento, dos dois candidatos, um sendo *corresponsável do regime liberticida estabelecido em 1937, está excluído pelos princípios republicanos.*

O outro, *dando-nos a esperança da restauração de nossas tradições de liberdade [...] é o que desperta a nossa simpatia*” (itálicos nossos)

Leia-se “O Estado Nacional”, de Francisco Campos, autor da constituição de 1937: não se encontra ali nenhum traço do positivismo.

Consulte-se a História do Brasil, de Pedro Calmon, no capítulo dedicado às linhas doutrinárias do Estado Novo: encontrar-se-ão alusões ao fascismo, ao corporativismo italiano, ao paternalismo, à sua origem polaca, porém nenhuma referência ao Positivismo nem à ditadura republicana. Ler-se-á, ao invés, esta passagem lapidar, concernente a Getúlio: “Quem se desse à arte de interpretar-lhe, à luz da biografia, a conduta reservada e hábil, acharia o seu segredo no castilhismo rio-grandense, sem a sistemática positivista”.

Sem a sistemática positivista! Getúlio positivista!? O Estado Novo como expressão nacional do Positivismo, da Ditadura Republicana ou do Castilhismo?! Quem o afirma são os ignorantes do Positivismo, os seus caluniadores e os repetidores ingênuos destes, a despeito da palavra expressa dos seus adeptos e dos intérpretes isentos. Por que os mal informados e os mal informadores exprimiriam a verdade dos fatos mais do que os conhecedores da matéria? Por que as afirmações daqueles gozariam de mais autoridade do que as negações destes?

Após 1964, houve *um único* positivista no governo, o Almirante Ernesto de Mello Batista, ministro da Marinha do governo do Marechal Castelo Branco, Não foi ele nem o autor, nem o mentor dos atos liberticidas verificados após o mandato de Castelo Branco, Encarnou, ao contrário, o único atingido pelo Ato Institucional de número 17 (de 1969), que permitia ao presidente da república transferir, provisoriamente, para a reserva, os oficiais que melindrassem o regime... Houve outro, ministro do Supremo Tribunal Militar: o general Pery Constant Bevilacqua (neto de Benjamin Constant), que, “legalista imprevisível e destemido”, “condenou os inquéritos policia-militares por meio dos quais a nova ordem julgava os adversários políticos do antigo regime”. Removido, por força do Ato Institucional de número 5, daquele tribunal, onde pugnou pela anistia política – o único a fazê-lo por então –, “anos depois, tornou-se um dos líderes da campanha pela anistia”. “Graças a ele, o Exército brasileiro pode dizer que um dos seus generais teve a coragem de falar em anistia na época em que a palavra parecia ser um estigma” (Elio Gaspari).

Legalista destemido, advogado da anistia, general: méritos de um positivista.

A inclinação pela anistia, pelo apaziguamento, pela convivência harmônica das correntes políticas, pela fraternidade, caracterizara já as exortações de Teixeira Mendes, que, face ao célebre levante dos dezoito do forte de Copacabana, em 1922, apelava ao governo em intervenção estampada no Diário do Congresso Nacional: “Inspirando-se, pois, quer na fraternidade universal republicana extreme de qualquer preocupação teológica, quer na caridade católica, os vencedores nas lutas fratricidas, civis ou internacionais, em vez de decretarem o chamado estado de sítio, devem decretar, logo após a vitória, uma fraternal anistia, amparando todas as vítimas, sem distinção das ligações destas com vencidos ou vencedores”.

No seu concitamento excertado, referindo-se à revolta constitucionalista de S. Paulo, Amaro da Silveira frisava a urgência de se *decretar uma anistia ampla a vencidos e vencedores, sem distinção das causas que abraçaram e das classes e posições que ocuparam, em relação aos diversos abalos revolucionários, verificados a partir de 1922*”.

Em 7 de setembro de 1933, em novo opúsculo, o mesmo autor reiteraria a sua exortação, apelando aos nossos *atuais dirigentes e para o conjunto dos nossos concidadãos, a fim de que sejam respeitados os princípios republicanos e federativos que fizeram a glória de nossa Pátria e restabelecida, enfim, a fraternidade cívica, mediante uma anistia ampla a vencidos e vencedores, envolvidos nas lutas políticas, a partir de 1922, como as únicas soluções capazes de corresponder, neste momento, aos generosos destinos da Pátria brasileira*.

Quem pleiteia a anistia não partilha de nenhum autoritarismo. Quem concita ao perdão, invocando a fraternidade entre vencidos e vencedores, adota um credo: o da ditadura republicana positivista. Quem a taxa de autoritária ou de quase totalitária, não sabe o que diz ou mente.

Ao contrário do que propala o sr. Miguel Reale, o encerramento do Congresso Nacional pelo então presidente Geisel, com base no Ato Institucional de número 5, no fito de promover a reforma do Poder Judiciário, tampouco se deveu a qualquer inspiração positivista: na

ditadura republicana o presidente não baixa pura e simplesmente os diplomas legais, em virtude da sua vontade pessoal e exclusiva; ele produ-los após a oitiva ampla da população, pelo tempo de três meses, durante os quais a opinião pública, fiscal e reguladora do poder executivo, manifesta-se livremente, o que não se verificou no ato em questão.

Ao contrário de pernicioso, como escreveu aquele jurisconsulto, a influência positivista na fraternidade. Funesta foi a sua ausência nos momentos em que ela teria sido desejável e providencial, para bem inspirar fossem os governantes, fossem os governados. Ouça-se, novamente, Amaro da Silveira: *O conjunto das intervenções positivistas, desde a conversão de Miguel Lemos, em fins de 1878, [...] demonstram os esforços de Miguel Lemos e todos os que se agruparam em torno dele, para dissipar, no povo brasileiro, a opinião democrática e o sentimento democrático, acerca da LEGITIMIDADE E DA EFICÁCIA do recurso às insurreições; bem como para extinguir, nos que ocupam os postos de governo, a tirânica opinião e o tirânico sentimento, acerca da LEGITIMIDADE E DA EFICÁCIA dos golpes de Estado e dos atentados do governo contra as liberdades civis.*

Se persistia o influxo positivista na mentalidade e na vida política do Brasil, teríamos tido uma história política menos atribulada e mais patriótica, mais dedicada ao bem público, mais eficaz na convergência fraterna de todos em prol do país, fora dos golpes de força que várias vezes determinaram o antagonismo entre o poder executivo e a nação.

Recomendo: *A república positivista. Teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte*, editora Juruá, Curitiba, terceira edição, 2003, e *A desinformação anti-positivista no Brasil*, editora Vila do Príncipe, Curitiba, 2004, ambos deste mesmo autor.

BIBLIOGRAFIA

CALMON, Pedro. *História do Brasil*, vol. VI. Rio de Janeiro, 1961.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Senado Federal, Brasília, 2001.

COSTA, Luís Carlos Corrêa da. *O autoritarismo e a ditadura republicana*, in Anais da V reunião de positivistas: Belo Horizonte, 1982.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo, 2003.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, 2003.

GONÇALVES, Carlos Torres. *República e democracia*. Rio de Janeiro, 1945.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *A república positivista*, 3ª ed.: Curitiba, Juruá, 2003.

_____. *A desinformação anti-positivista no Brasil*, Curitiba, Vila do Príncipe, 2003.

LEMOS, Jefferson de. *Condições fundamentais de ordem e de progresso necessárias à organização da pátria brasileira*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Cultura Positivista, 1946.

REALE, Miguel. *O Positivismo na cultura brasileira*, in Notícia Bibliográfica e Histórica, número 185. Campinas, 2002.

SILVEIRA, Amaro da. *A solução do actual crise política e o verdadeiro regimen republicano*. Rio de Janeiro, 1932.

_____. *A data nacional brasileira e a fundação da República no Brasil*. Rio de Janeiro, 1933.

A VISITA DA FOLIA DE REIS

José Antônio de Ávila SACRAMENTO

O sol ia caindo e a noite já vinha subindo... lentamente. Início d'um mês de janeiro, lá pelo finalzinho dos idos da década de 1960. Fazia aquele calor modorrento que os nossos verões sempre trazem. Estava com meu pai e minha mãe; as irmãs estavam para São João d'EI-Rey/MG, acho que na casa da vó *Siá Donana e do ti 'Mário*; eu estava em férias do *Grupo da Celeste Banho*¹. A Fazenda, aos poucos, ia sendo tomada pelo aconchego triste da noite, ninada pelos grilos e sapos, embalada pelas chamas bruxuleantes das fracas e fumacentas lamparinas de querosene.

Relembro, agora, de meus tempos de criança e da vida naquela *velha* Fazenda da Congonha², onde nasci, lá pelas *bandas* de São Miguel do Cajuru³, lugar onde o meu *mundo* era grande demais para eu me preocupar em saber onde ficavam Rio de Janeiro e São Paulo, quem diria, então, Londres ou Paris. A Terra era, para mim, então, pequena demais: resumia-se num velho mapa-múndi, que vivia dependurado na parede da sala; o Mundo era simples de ser percorrido, quando quisesse, pela ponta dos meus dedos! Lembro-me daquela *civilização* da roça cajuruense, com

⁽¹⁾ Grupo Escolar Inácio Passos, situado no Bairro do Bonfim, na cidade de São João d'EI-Rey/MG, cuja primeira diretora foi Celeste Maria da Fonseca Banho, pessoa da relação familiar do autor e de tradicional família da cidade.

⁽²⁾ A sede da Fazenda distava cerca de uma légua da sede do distrito de São Miguel do Cajuru, foi caprichosamente construída na primeira metade do séc. XX e, infelizmente, demolida em 1994.

⁽³⁾ Distrito são-joanense, atualmente com o indevido nome de Arcângelo (desde 1943), num exemplo de *criminosa* agressão à sua toponímia original, mais que bi-secular (de antes de 1745), que deveria ser intocável.

seu anoitecer coaxante de sapos, o som da água caindo na bica, piscar de vaga-lumes e sombras da lamparina, com as quais eu brincava criando *bicho e monstros* terríveis com a sombra da mão projetada na parede, ignorando ainda a necessidade da invenção de Edison⁴; um radinho que já tinha lembrado a hora do Angelus, com as pilhas um tanto gastas, terminava de tocar *Moreninha linda, do meu bem querer...* para transmitir, solenemente, a Hora do Brasil: *Em Brasília, dezenove horas...*

De repente, o silêncio foi quebrado e ouviu-se um barulho. O cachorro, *Nero*, muito agitado, deu sinal. De longe, mas não tão longe assim, pois o lugar era onde minhas vistas alcançavam, surgia de dentro da boca da noite os vultos de quase uma dezena de *andarilhos* com roupas brancas, pés no chão, chapéus enfeitados de espelhos, faixas na cintura. Das roupas, dos chapéus de todos eles, e também dos instrumentos, pendiam esvoaçantes fitas coloridas; terços pendurados nos pescoços, guias cruzadas pelos peitos e cordões enfeitando os instrumentos musicais, tudo feito daquelas Contas de Lágrimas⁵ que, até hoje, ainda é possível colher em nossos brejos.

Bandeira... Caixa... Triângulo, pandeiro, viola e sanfona⁶... melodia agradável, ritmo assim meio festivo e de marcha compassada.

⁽⁴⁾ Referência à lâmpada incandescente inventada em 1878 pelo físico norte-americano Thomas Alva **Edison**.

⁽⁵⁾ Contas-de-lágrimas: planta da família das gramíneas; nome científico: *Coix lacrima*. É conhecida também popularmente pelos nomes Biurá, Lágrima-de-Nossa-Senhora, Lágrima de Santa Maria, Lágrima-de-Jó, Contas de Nossa Senhora, Capim-Rosário, Capim-miçanga, Capim de contas, Capiá e na Guiana Francesa por Larme de Job. Tem valor terapêutico: a tintura das sementes é diurética e emoliente, útil nas afecções catarrais; é empregada também, em fricções, contra o reumatismo. Fonte: BALBACH, Alfons. A flora nacional na medicina doméstica. São Paulo: A Edificação do lar, Is.d.I, v. 2, p. 690. Uma lenda de nossa região conta que quando Nossa Senhora andava pelo mundo chorando a falta que sentia de seu Filho, morto na cruz, cada lágrima que ela vertia fazia nascer um pé do referido capim, daí... de lágrimas!

⁽⁶⁾ Na antiga fazenda da Boa Mente, em São João d'El-Rey – do início e até meados do séc. XX – segundo informações orais da família do autor, as Folias passavam, anualmente, e se apresentavam portando também um instrumento chamado de Rabeca ou Rebeca, que era uma espécie antiga de violino de três cordas que se tocava friccionando-as com um pequeno arco. Hoje o instrumento é raro.

Aquilo era uma novidade tamanha para meus pequeninos sentidos acostumados à rotina de simples menino da roça. Vinham em fila indiana pelas trilhas lá dos lados do Ribeirão do Chaves ou do Rio do Peixe; passaram pela ponte Córrego do Aterrado, vieram subindo, transpuseram a tronqueira de arame e atravessaram o rego que levava água para a bica, certamente vindos de bem longe, rumo de nós:

Deus te salve ô Casa Santa, ai, ai...

Onde Deus fez a morada, ai, ai, oi... ai...

- *Que é que é isso? Meu Deus, valha-me Nossa Senhora Aparecida e São Miguel!*, assustou-se a minha mãe. O meu pai, meio que esbravejando, tentava acalmar:

- *Folia de Reis, gente, será possível que ocê num conhece isso?*

- *Conheço sim, mais assustei. Há muito tempo que num tem passado por aqui!*, respondeu minha mãe.

Nesse meio tempo eu já estava escondido debaixo da cama, coração disparado, com o travesseiro escondendo o rosto, morrendo de medo daqueles homens esquisitos.

- *Vem cá sô Izé, vem cá minino, procê vê os home!*

Meio tremendo de medo, obedeci a meu pai, mas fiquei de *meia-jota*⁷, na porta, para qualquer eventualidade.

- *Prá que é que serve isso? Tem até um mascarado*⁸ *no meio, ai ai ai...*, murmurei baixinho, soluçando e amedrontado, já arrependido de ter matado aquele bem-te-vi lá na parreira; presumia que aquele episódio era o castigo pelo meu cruel passarcídio: Foi sem querer...desculpa! vou

⁽⁷⁾ Expressão usada em regiões rurais da nossa região. Quer dizer quando a pessoa, ressabiada, não se apresenta inteira à porta ou janela; fica com o corpo escondido e mostra apenas a metade do rosto para ver o que está acontecendo, ficando a outra encoberta pelo portal.

⁽⁸⁾ Bastião (palhaço da Folia): personagem mascarado, comum às Falias, que se apresenta dançando e/ou recitando versos acompanhado pela Catirina – homem travestido – também mascarada, que fazia o papel de “mulher” do Palhaço.

aposentar o meu bodoque, meu Deus; prometo que vou queimá-lo amanhã bem cedinho! Também não vou armar mais arapuca para pegar pomba-róla... confessava, penitenciando-me silenciosamente.

- *Ô de casa! ô de dentro! boas noites. É a visita de Reis, anceis aceita receber de bom grado a bandeira e a nossa Folia?*, gritou um deles, ainda lá do lado de fora da velha porteira de vara.

- *Ai pai, não pai, num deixa não. Ai, meu Deus!* clamei, meio que inconscientemente.

- *Deixa de bobagem, minino... êta sô Izé medroso! Ocêis pode chegar prá cá! Pode entrá pessoal*, decidiu meu pai, já descendo da soleira para o terreiro.

Abriam a porteira, a tramela da cancela de madeira, desceram pelo terreiro até a soleira da porta da sala. Entregaram a bandeira ao meu pai; ele a reverenciou, passando-a para a minha mãe beijar e tomar conta; formaram um semicírculo, tocaram e cantaram, obedecendo aos comandos *d'um apito*, na boca daquele que parecia ser o *chefe* do grupo. Um cantava mais forte e os outros davam o responsório, sempre terminado em lamentosos *ais*. Depois adentraram na sala e cantaram diante do presépio, armado num canto, dentro de uma singela réplica da gruta da natividade, feita da casca de uma cuia, quebrada ao meio, enfeitada com respingos de cera de vela derretida, à guisa de neve. A bandeira, como de costume, foi apresentada a todos os cômodos da casa. Enquanto isso, cantavam e tocavam mais...

Justificaram depois as suas missões, proseando, falando alto, já na nossa cozinha:

- *É as graças que nós recebemos, aí pagamos por elas com a Festa de Reis e do Divino. Vamos de casa em casa. Pedimos ajuda e Dia de Reis, benz 'ô Deus, entregamo a nossa bandeira. Ano entra, ano sai, entra os janêro, sai os janêro e é sempre assim. É a prática da nossa sabença!*, explicou um preto simpático, já sem o seu chapéu, pelejando para acender o seu pito de palha num tição do fogão, assustando a uma

gatinha sonolenta que, aproveitando o calor, dormitava ali no “rabo” do fogão. Prosearam sobre assuntos diversos: empreitadas, festas, roças de milho e o *João-do-mato*... se o ano ia ser bom de chuva, se o gado ‘stava sadio e se as vacas eram boas produtoras de leite; sobre as qualidades dos pastos de capim-gordura e de jaraguá; discutiam também sobre o preço da arroba do gado de corte, preço dos queijos e ainda sobre a Copa do Mundo de 70, onde um *tale de Sardanha* (João Saldanha) estava montando um *timaço*!... esse assunto, futebol, meu pai apreciava e dominava muito!

Percebendo o meu temor, principalmente do mascarado, o tocador de sanfona, já de cócoras num cantinho, ofertou-me umas duas balas, já meio meladas e quentes do calor de seu bolso e falou:

- Precisa ficá com medo não minino! Ele dança, balançando a bandeira, junto com a mulher. É o Bastião e a Catirina e sem eles a Folia num tem graça não... Eles num faz nenhum mal a ninguém não, mode ocê pode ficar assossegado. Fui ambientando aos poucos... enfiei as balas na boca; o susto ia passando e já me alegrava um pouco, mais pela absoluta desnecessidade de aposentar o meu bodoque e a arapuça, como havia prometido. Aquilo já não parecia ser o prenúncio de um castigo, como imaginara.

E cantaram mais. Lançavam os seus lamentos no ar, embebedos numa devoção que era principalmente deles, fazendo a obrigação do louvor e o prazer de uma festa que se tornava de todos. Parece que sentiam ali, naquele momento, a presença de um Ser invisível, transcendente, e que todo aquele clamor, enfim, chegaria aos céus e retomaria a terra em forma de graça, sobre todos nós.

Quando já estava me acostumando e até achando aquilo bem bonito, minha mãe ameaçou a começar o preparo do jantar, no que foi interrompida:

- Agradicido Dona! Nós hoje só vai jantá mais prá frente... entonce num percisa da sinhora se preocupá não. É a mesma coisa qui nós tivesse jantado. Deus te ajude!

Tomaram café com leite, queijo e *quitandas*⁹. Comeram arroz-doce. Agradeceram cantando. Cantando dispensaram o pouso oferecido. Ganharam algum dinheirinho, um frango, dois queijos e pedaços de fumo de rolo; fizeram, de uma *embira*¹⁰ que estava pendurada num prego, a *peia*¹¹ para o frango, enrolaram alguns cigarros, puseram coisas num embornal e partiram, alegando que ainda, naquela noite, iam a mais duas ou três fazendas. Agradeceram pelas ofertas. Cantaram pedindo a bandeira de volta. Falaram que iam pousar lá pelos lados da Vendinha¹², beira do Corredor-Real, na fazenda d'um tal de Só Quincas de Ávila¹³.

⁽⁹⁾ Quitanda: biscoitos e broas caseiros, assados nos tradicionais fornos a lenha; eram guardados em latas com tampa bem fechada para manterem-se bem conservadas, sequinhas, e servidas diariamente aos da casa ou visitas na hora do café (biscoito de fubá, de polvilho, broa, rosquinhas...). É mister lembrar que nas casas tradicionais da região rural mineira, até hoje, é considerado desfeita ao dono a visita sair sem tomar o café ofertado, nem que seja um *café de mão-na-escadeira* (café puro, sem acompanhamento de quitandas).

⁽¹⁰⁾ Do tupi *e'bira*. Fibra retirada da casca de arbusto do gênero *Daphnopsis*, da família das tmeleáceas (***Daphnopsis brasiliensis*** e ***Daphnopsis sellowiana***). Usada na amarração de pequenas coisas e era muito útil na roça; substituía, com méritos, o barbante.

⁽¹¹⁾ Dispositivo (geralmente feito de embira) que, atado aos pés das aves, servia para limitar os seus movimentos.

⁽¹²⁾ Vendinha é o local do município onde, segundo a tradição oral, no auge da movimentação de tropeiros pelo Corredor-Real, existia um pouso de tropeiros e rancho para a tropa. Comercia-se ali alguns víveres, alimentos e arreios para os animais e, certamente, pouso e boa pinga, daí o nome que é cultivado até hoje. Corredor-Real: denominação antiga da Estrada Real ou Caminho Real; atualmente está sendo discutida e planejada a sua reativação com fins turísticos, nos moldes da mística Trilha de Santiago de Compostela (Espanha).

⁽¹³⁾ Referência ao *coronel* Joaquim José de Ávila, natural de São Miguel do Cajuru, tradicional chefe político da região, falecido em 1971. Possuía olhar altivo, passos firmes que faziam tremer o assoalho da sala, andava portando rica bengala entalhada em madeira e encastoada. Cultivava um vasto bigode branco, enrolando-o cuidadosamente com as pontas dos dedos; eu o chamava de "Ti" Quinca", por ser tio de meu pai. Teve grande influência na política partidária rural da região. Era amável, sorridente e incapaz de negar aos pedidos dos muitos afilhados e correligionários. Era latifundiário, mas morreu sozinho e pobre; sua despesa hospitalar, seu enterro, foram pagos pelo fiel amigo Tancredo Neves. A casa onde viveu ainda existe na sede do Distrito; há no assoalho um *alçapão*, quase imperceptível, que dá saída para o porão. Ali, sob o assoalho, ele escondia seus protegidos e também ele para lá também descia quando não queria ou não convinha aparecer para certas visitas; quando a situação era mais grave, por medida de segurança, pedia a uma nêga para derramar sobre a entrada do *alçapão* uma meia saca de feijão, camuflando-o, e ordenava para que ela ficasse ali, ingenuamente, com uma peneira, como tivesse a catar a terra dos grãos feculosos, até findar o "perigo".

- *Folieiro, nesses dias, dorme muito pouco... andamo até as altas madrugada!*, falou um deles, justificando.

As vozes e o som dos instrumentos foram sumindo aos poucos, absorvidos pelo breu da noite, misturados a uma fina garoa. Naquela noite demorei muito a pegar no sono. Na alta madrugada sonhei com a cantoria:

*Pai, Filho e Esp'rito Santo ai, ai...
E nas hora de Deus amém ai, ai..
Abençoa a nobre morada ai,oi, ai
E vocês vai ficano tudo com Deus
Qui com Deus nós tamém vai, ai, ai...
Os Rei já cantaro o nascimento ai, ai...
De Jesus Cristo em Belém ai, oi, ai..*

Foi assim que eles se despediram de nós.

Naquela época foram aqueles artistas e hoje são outros deles que permitem que os ritos coletivos sejam reprojatados em espaço público, criando um maravilhosos processo de ressignificação do motivo original; os folieiros, ao que me parecem, são belas expressões anônimas da metarmofose de um catolicismo arcaico e puro; seus fundamentos religiosos, infelizmente, ainda são ignorados pela maioria dos espectadores, que observam apenas o espetáculo sem deles participarem. Mas, se notarmos bem, há um forte circuito de sociabilidade e reciprocidade em que a religião, vivamente, transborda para a vida social; com seus enredos particulares e gestos políticos, da dimensão do sagrado, permitem-nos uma bela e profunda releitura de seus autos populares.

Hoje, longe da roça, na agitação da cidade, a invasão dos *pornó-sambas*¹⁴, dos falsos caipiras e dos chiques pagodeiros, engratados, não conseguem me impedir de ouví-los e nem me impedem de pensá-los; aqueles cantores, realmente populares, eram verdadeiros artistas e não gravaram discos; estavam longe das imagens midiáticas e,

⁽¹⁴⁾ Sambas como os da "*dança da garrafa*", da "*bundinha*", "*tchan*" ... bastante em evidência atualmente.

até hoje, outros deles, a qualquer custo, não permitem que a tradição religiosa e folclórica pereça. São humildes como as silicosas flores-do-campo, mas pensam e vivem no seu mundo, no nosso mundo e em todo o Mundo; também enchem de luz a vida daqueles que os escutam. São esses foliões, valentes, valorosos e quase sem recolhimento, eminentemente autênticos como aqueles de outrora, que hoje, ao tocarem e cantarem as suas músicas, ainda me fazem chorar!

Só que hoje eu não choro mais de medo... só de saudade.

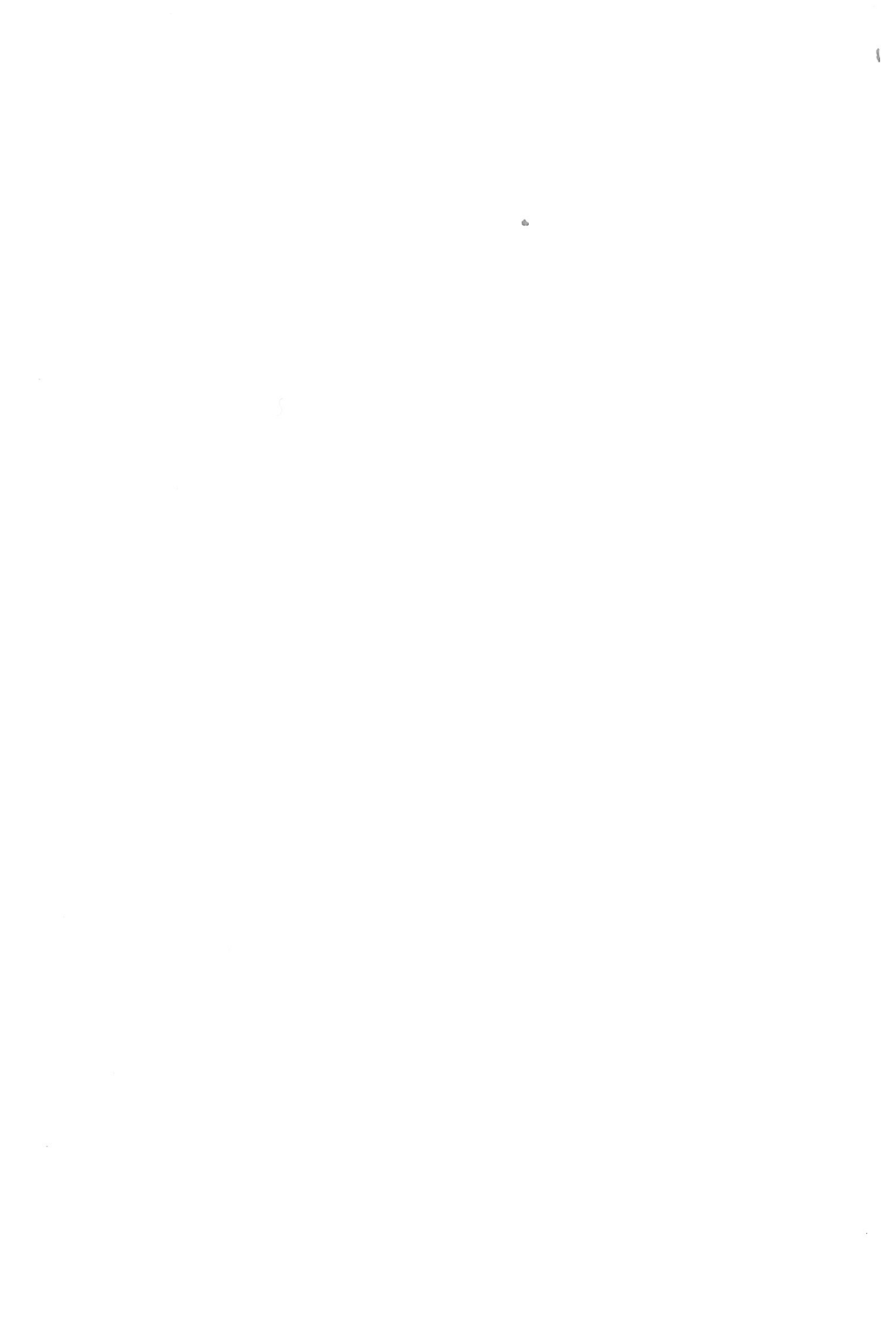
O PROCEDIMENTO JUDICIAL CONTRA OS CRISTÃOS (TÁCITO)

Nenhum meio humano, nem esmolos principescas, nem cerimônias expiatórias, fazia recuar o rumor infamante, segundo o qual o fogo tinha mandado por. Assim, para o destruir, Nero inventou culpados e infligiu tormentos terríveis àqueles que as suas abominações faziam destestar e que a multidão chamava cristãos. Este nome vem de Cristo, que, sob o principado de Tibério, o procurador Pôncio Pilatos tinha submetido ao suplício; reprimida por um momento, esta detestável superstição aparecia de novo, não somente na Judéia, onde o mal nascera, mas até em Roma, onde afluí e acha numerosa clientela tudo o que há de mais horrível e vergonhoso no mundo.

*

DOMINGOS JORGE VELHO (SOBRE UM HERÓI PAULISTA)

Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado; quando se avistou comigo trouxe consigo Língua, porque nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia, mais que em dizer que é Cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete Índias Concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais; tendo sido a sua vida desde que teve uso da razão (se é que a teve, porque se assim foi, de sorte a perdeu, que entendo e não achará com facilidade, até o presente andar metido pelos matos à caça de índios e de índias, estas para o exercício das suas torpezas e aqueles para os granjeios dos seus interesses...)





CENTENÁRIO DA CIDADE DE CAMPINAS

José Carlos de Ataliba NOGUEIRA

“Não era possível esquecer aqueles vultos que ingressaram na nobreza do nosso Império pelas únicas vias do trabalho e da honradez. A nobreza brasileira recrutou-se nas fazendas de açúcar e de café, nas tarimbas do Exército, nos balcões do comércio, nas oficinas da indústria, nas cátedras das academias, no pretório dos magistrados, nos sólios episcopais, nos postos da administração. Omitir aqueles nomes, por preconceito político, seria o mesmo que dizer a todos quantos hoje se esforçam para sair da humildade e das camadas obscuras da sociedade por árdua labuta e ferrenha força de vontade, que uma vez conquistada a vitória e o seu nome agigantado, a obra do tempo teria que sepultá-lo no esquecimento, não podendo os filhos ter como brasão de glória os louros conquistados pelos seus antepassados.

Por demais extensa é a lista dos campineiros notáveis. Não tentarei enumerá-los, com receio de omissão, embora involuntária. Alguns mais, todavia, é impossível esquecer: o capitão-mór Floriano Camargo Penteadó, Correia de Melo, o genial Carlos Gomes, Santana Gomes, Quirino dos Santos, o dr. Ricardo Gumbleton Daunt, monsenhor Fergus O’Conor de Camargo Dauntre, Hércules Florence, Antônio Sampaio Peixoto, Campos Sales, que levou o nome de Campinas até a primeira magistratura da Nação; Cesar Bierrenbach, Hipólito da Silva, Francisco Glicério, Benedito Otávio, Moraes, Júlio Mesquita, Ramos de Azevedo, Rodrigo Otávio, coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, duas vezes presidente do Paraná e Heitor Penteadó. Se nem todos nasceram em Campinas, todos entretanto, foram campineiros.

Do brilhante clero de minha terra, basta lembrar os vultos que fulgirem ou fulgem, ainda, no episcopado nacional: o grande e querido D. João Batista Correia Neri, D. Otávio Chagas de Miranda, D. Joaquim Mamede da Silva, D. Francisco de Campos Barreto, D. Francisco Borja do Amaral, sem deslembrar o caridoso D. Joaquim José Vieira e D. Idílio Soares, aqui não nascidos.

Senhores, com que orgulho descendemos dos vilões de São Carlos e Campinas, ascendentes dos grandes homens agora recordados, dos quais igualmente descendemos. O denodo e a bravura dos primeiros campineiros arrostavam as dificuldades todas da natureza bruta, em meio à floresta espessa, onde ainda por muitos anos ainda se ouviu o miar das onças e se viram, em graciosos vôos, as anhumas e tapeunas. Entre eles, também, as lutas sociais e políticas temperaram os ânimos, desde as primeiras contendidas para a eleição dos capitães-mores. Podiam esquecer-se de tudo, menos de que era campineiros. Entre as cidades brasileiras, é singular a nossa Campinas. Nunca foi satélite, sempre astro. Em 1905, escrevia César Bierrenbach que Campinas não tinha ciúmes dos recentes 300 mil habitantes de São Paulo. Paulistas e campineiros nunca se deram bem, como nunca se deram bem conosco ituanos e jundiaienses. Verdadeira malquerença? Não. Apenas contendidas de salutar bairrismo, virtude localista, fíncada no espírito do município e que tanto contribuiu para desenvolvimento das nossas cidades provincianas. A crônica é rica das sátiras e remoques que os campineiros faziam a esses outros povos, assim como das inevitáveis retribuições.

Nesta solenidade não se podia postergar a evocação e exaltação do velho espírito bairrista do campineiro, que o levou a engrandecer de cada vez mais a sua cidade, colocando-a no fastígio das mais importantes, notáveis e progressistas cidades brasileiras. Em toda parte, onde se encontrava, mesmo no estrangeiro, jamais se esquecia de que era campineiro, e não se contentava enquanto todos não soubessem que era campineiro. Lede aquela página do mesmo César, em que alude às duas mansões dos brasileiros, na capital francesa: a Legação do Brasil e o Consulado da Cidade de Campinas.

Jactância e arrogante altivez dos bons servidores do Brasil. A nossa querida Pátria brasileira só pode dizer de sua gratidão a esse gosto blazonador do campineiro, porquanto o amor de sua terra nunca jamais foi de hostilidade à Pátria única, nem em espírito sequer deixou um dia de ser construtor da grandeza nacional, entendendo que o engrandecimento de todos os municípios só pode acarretar a pujança do Brasil.

Ufano da sua terra, o campineiro conhece as virtudes singulares que vêm dos seus avós, os quais nunca pensaram em coisas mesquinhas e pequenas. Foi um tempo a “capital agrícola” da província e o seu progresso se fazia sentir em todos os domínios. É ela a “Princeza do Oeste”. Não só a riqueza do café, mas as grandes iniciativas: a Mogiana, canalizando a civilização por todo o sétimo distrito; estrada modelar, que recusou fusão com a “Paulista”, porque queria encampá-la. Nas letras, nas ciências, nas artes, o mesmo relevo do que na agricultura, na indústria e no comércio. Até na população, rivalizava com as mais importantes cidades, como São Paulo. As companhias de óperas do Rio se passavam a Campinas e de Campinas para Buenos Aires, sem atenção e outras cidades.

Para saber o que era Campinas, basta recordar a primeira Exposição Regional de produtos da sua lavoura, comércio e indústria, o maior acontecimento local de 1885 e que atraía a atenção dos homens da inteligência da província e da Corte, documento que justificava a fama de florescente e rica que Campinas gozava.

Depois... aquela medonha provação que Deus nos mandou, a febre amarela: o êxodo de muitas famílias, o luto e a desgraça em todas elas, o longo período de provação. De 1888 a 1920, mais ou menos, dormiu Campinas o seu sono letárgico mas, dormia como a filha de Jairo, à espera que o Senhor lhe estendesse a mão e de novo a chamasse à vida.

Da imortalidade surgiu, com a cabeça de perfil e as asas estendidas, a Fênix de ouro, símbolo do despertar da cidade florescida pelo triunfo e pela virtude.

Das antigas energias da raça campineira ressurgiu esta cidade grandiosa, que, dia por dia, surpreendeu pela incontida ânsia de ascender e engrandecer-se ainda mais.

Junto ao túmulo de Francisco Barreto Leme curvemo-nos reverentes. Sua voz emudeceu a 4 de abril de 1782; sua alma, porém, não ficou com o corpo, sepultado no recinto da antiga Matriz de Nossa Senhora do Carmo, porquanto da glória de Deus passou a contemplar a operosidade dos seus descendentes. A ele, venerando patriarca, fundador, administrador e diretor do primitivo povoado, o nosso preito de gratidão. Enquanto sua estátua não se erguer na praça pública pelas mãos dos seus companheiros, façamos-lhe votiva homenagem todos os anos junto da placa de bronze ali há pouco inaugurada. Comemorando o centenário da lei provincial de 5 de fevereiro de 1842, celebremos a tradição das velhas cidades de Campinas, Taubaté, Sorocaba e Itu, salientando as virtudes que as exalçaram.

“O Estado de S. Paulo”, 8-2-1942

SUZANNET, CONDE DE

No prefácio ao livro em que relata suas viagens pelo Cáucaso e pelo Brasil, Suzannet dá as razões pelas quais decidiu viajar. Após a queda dos Bourbons com a revolução de julho de 1830, sua família caíra no ostracismo e a vida em França lhe pareceu tediosa e sem perspectiva. Não tardou em se aborrecer e deixou o país para “completar sua educação”, visitando países estrangeiros.

Viajou durante seis anos pelo Oriente Próximo e pela América. Difícil dizer até que ponto essas viagens contribuíram para completar sua educação. Não resta dúvida, porém, que elas o puseram em contacto com um mundo completamente diferente daquele em que até então vivera. Diferente em todos os aspectos: social, cultural e político. Mundo que ele nem sempre pôde ou quis compreender. Daí, uma certa acrimônia em seus escritos, dando a impressão, às vezes, de má vontade para com tudo quanto fosse nosso, mas, ao mesmo tempo, com a curiosidade aguçada para uma quantidade de fatos ou problemas de que participava ou de que tomava conhecimento.

De tudo quanto escreveu e que foi publicando, aos poucos, em revistas de Paris, julgou que só os relatos relativos ao Cáucaso e o Brasil mereciam figuras em livro. Daí, o volume que publicou em 1846, extenso de quase quinhentas páginas, com os seus “souvenirs du voyages”. Apenas a parte sobre o Brasil mereceu tradução, como adiante se registrará.

Ao contrário da maior parte dos viajantes estrangeiros que nos visitaram e aos quais animava sempre um objetivo cultural ou comercial, Suzannet não teve outro objetivo senão a curiosidade. E mostrou-se, de fato, bastante curioso. Viajou por quase um ano pelo Brasil, numa viagem audaciosa para a época: foi do Rio para Ouro Preto e dali alcançou as

margens de Jequitinhonha; por este rio saíu no litoral baiano e daí, por mar, foi a Salvador, Recife, São Luís e Belém do Pará, de onde regressou para a França.

Procurou informar-se de tudo, demonstrando especial interesse pela mineração. Em Minas, nos dá uma extensa descrição da revolução liberal que eclodira na província em 1842 e o mesmo fez, quando na Bahia, sobre a chamada “Sabinada”. As descrições que nos dá do Distrito Diamantino são ricas em pormenores, a mostrar o viajante realmente interessado pelo país. E alguns trechos de sua viagem, como pelo rio Jequitinhonha, revestem-se do caráter de verdadeira proeza.

Os seus juízos – diz Austregésilo de Athayde no prefácio à edição brasileira,

“não nos foram lisonjeiros, como verá o leitor, mas certas características do temperamento do povo, o senso da boa hospitalidade, o desejo de ser útil, a benignidade do temperamento são freqüentemente postos em relevo... Os estudiosos da sociedade brasileira no século passado encontrarão neste livro muita matéria de interesse para as suas investigações”.

E o próprio autor remata o livro com uma verrina, na qual, com efeito, encerra-se muita verdade, e dela transcrevemos alguns trechos:

“Ao exprimir com tanta franqueza e imparcialidade minha opinião sobre a situação atual do Brasil, procurei basear o meu julgamento sobre fatos. Fui acolhido com boa vontade e hospitalidade pelos brasileiros, e gostaria de poder compartilhar das suas ilusões; em toda parte só encontrei miséria e anarquia; os mais ricos distritos, despovoados e improdutivos; a agricultura e a indústria dando os primeiros passos; os atentados mais revoltantes sendo cometidos contra indivíduos; a forma exterior de

um governo avançado e todos os abusos e desordens de uma autoridade ignorante e venal. No entanto, o Brasil tem um clima admirável; não há epidemias que dizimem as populações; a abundância e a fertilidade do solo, criando o bem-estar, deviam assegurar a ordem e a tranqüilidade (...) Há muitos obstáculos a vencer, muitos embaraços a combater e muitos preconceitos a dissipar até que o Brasil possa utilizar os seus imensos recursos. Um governo forte, apoiado em alguns homens instruídos e esclarecidos sairia desta situação tão perigosa; mas até hoje faltou à administração uma direção capaz. O Imperador é jovem, sem energia e sem capacidade; os ministros são políticos que vêem o perigo sem procurar evitá-lo, e são pouco indicados para nos tranqüilizar quanto aos destinos do Brasil. Quando se operar uma mudança nos princípios seguidos até agora, e o governo, em vez de se deixar levar por sucetibilidades mesquinhas, abrir novos caminhos à indústria e ao comércio, construindo estradas que facilitem o transporte das mercadorias, nesse dia aplaudiremos esses esforços. Se a situação moral do povo nos inspira temor, ela é motivada pela anarquia e miséria das quais vimos o triste espetáculo. O Brasil reúne tantos elementos de riqueza que, apesar de todos os vícios da população, o bem-estar e a prosperidade serão a consequência forçada de um governo regular: por isso desejamos ardentemente que tal governo consiga estabelecer-se."

Como já indicamos, a tradução do livro de Suzannet compreende apenas a parte referente ao Brasil. A tradutora deu como título **O Brasil em 1845**, e tendo feito a tradução pouco mais de um século após a edição

original, deu-lhe como subtítulo “Semelhanças e diferenças após um século”, expressão de valor apenas promocional, do ponto-de-vista da editora, uma vez que no livro não há (e nem poderia haver) qualquer referência às “semelhanças e diferenças”. Isto correrá, naturalmente, por conta do leitor. Mas, obviamente, isto em nada prejudica a edição, aliás com tradução fiel e muito bem escrita, no testemunho do próprio prefaciador.

É estranho que o nome de Suzannet não figure em nenhuma das enciclopédias francesas, nas quais figura apenas o de seu pai, de igual título, falecido em 1815. Figura, todavia, nos catálogos bibliográficos brasileiros: Garraux, Alfredo de Carvalho, Raeders, Rubens Borba de Moraes e Paulo Berger. Este remete o leitor a L. de Chavagnes, mas sem qualquer explicação, e no respectivo verbete registra que os capítulos sobre o Brasil foram publicados originalmente na “*Révue de Deux Mondes*”, em 1844. Idêntica referência encontramos em Moema Parente Augel, que registra o título da publicação da “*Révue*”. Aliás, a professora Moema, citando várias vezes o livro de Suzannet a propósito de suas impressões sobre a Bahia, levanta uma suspeita curiosa: “Há razões para crer que Suzannet seria mais um pseudônimo de Charles Expilly” e invoca a circunstância do nome do Conde não constar de nenhuma das bibliografias francesas. Todavia, em nenhum outro local encontramos qualquer referências que abone a suspeita da autora. Registre-se que nenhuma das bibliografias nos informa as datas balizas da existência de Suzannet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edições originais: *Le Brésil en 1844. Situation morale, politique, commerciale et financière. Intérieur du pays, villes maritimes, avenir politique.* “*Révue des Deux Mondes*”, v. XIV, t. 7: 66-106. Paris, juillet 1844.

Souvenirs de voyage: les provinces du Caucase; l’Empire du Brésil. Paris, G.A. Dentu, 1846. iv+462p.

Ed. bras.: O Brasil em 1845: semelhanças e diferenças após um século. Trad. de Márcia de Moura Castro; pref. de Austregésilo de Athayde. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil (1957). 254p.



SITUAÇÃO ATUAL DO BRASIL

Conde de SUZANNET

Quem quer que tenha visto de perto os políticos do Brasil pode facilmente compreender sua leviandade e incompetência no terreno dos negócios. Nas reuniões sociais são agradáveis e divertidos; suas conversas são picantes e deixam sempre transparecer a vaidade. As opiniões que eles emitem sobre a Europa e a política das grandes potências são em geral, apenas, um resumo do que sai nos jornais, mas a finura de suas observações e a inveja mal dissimulada dão novo aspecto a temas que pareciam esgotados. Têm instrução superficial e variada; abordam todos os assuntos e tem vivacidade de espírito para tratar de qualquer deles que nunca estudaram. A conversa, a polêmica, e os debates pessoais, têm para eles um atrativo sem igual. Mas, numa discussão séria, a falta de educação doméstica não tarda a traí-los. Na tribuna, esses brilhantes “causeurs” transformam-se em oradores ridículos; quando não se deixam levar pelo ódio, fazem retumbar palavras sonoras como liberdade, direitos civis ou constituição. Proclamam o Império do Brasil a primeira potência do universo. Peço que me desculpem citar um fato pueril, mas significativo. Há alguns anos um deputado comparou Dom Pedro II a Napoleão; um dos membros do outro partido declarou que não admitia a comparação, pois Napoleão havia usurpado o trono, ao passo que este a D. Pedro II pertencia por direito de nascença e pelo voto da nação. A discussão foi acalorada; três dias duraram as explicações; nenhum deputado ousou confessar que Napoleão não tinha nenhuma analogia com o Imperador do Brasil. Dom Pedro aos olhos dos brasileiros é superior a todos os estrangeiros; o pior dos seus generais equivale a um Napoleão.

(...) O fenômeno mais notável que apresenta a população brasileira é a invasão da raça mulata, a única no Brasil que cresce cada vez mais. A corrupção dos europeus é a causa principal deste crescimento. A imoralidade de todas as classes possibilitou o cruzamento das raças e destruiu todos os preconceitos de casta, que geralmente existem nas colônias européias. A única raça pura é a dos índios selvagens que estão em guerra com o Brasil. Brancos, negros e índios têm às vezes relações com a mesma mulher. Deste cruzamento geral de brancos e brancas com raças misturadas, nasce uma população cuja tez azeitonada, cabelos negros e espessos, faz com que sejam considerados mulatos.

O mulato, em geral, passa sua infância como escravo; só adquire a liberdade à sua própria custa e quando entra na sociedade é com ódio e desejo de viagar-se dos brancos. Sendo mais trabalhador e mais inteligente que os brasileiros, sua aspiração é assenhorear-se do poder. (...) O clero, cuja influência poderia servir para combater esta profunda desmoralização, é o primeiro a dar o exemplo de todos esses vícios nada mais desprezível do que um padre brasileiro. Valendo-se da religião que professa e da moral que devia defender, ele vive na mais vergonhosa devassidão.

(“O Brasil em 1845: 40-50”. Rio de Janeiro, Casa do Estudante, 1954)



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

422. O BRASIL EM 1587

A obra de Gabriel Soares de Souza – “Tratado descritivo do Brasil em 1587” – “talvez a mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista” – no dizer de Varnhagen, foi publicada pela primeira vez em 1825, pela Academia das Ciências de Lisboa, mas, ainda segundo Varnhagen, “o código utilizado foi infelizmente pouco fiel e o revisor, não entendido na nomenclatura das cousas de nossa terra”, o que levou o historiador a propor ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a publicação de uma nova edição, desta vez “castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França”.

Tal edição foi publicada em 1851, integrando o tomo quinto da “Revista” do Instituto, acrescida de alguns comentários do futuro Visconde de Porto Seguro. Reeditada em 1879, foi com base nessa edição de Varnhagen que vimos-la reeditada em 1938 na preciosa – e saudosista – coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional.

Divide-se a obra em suas grandes partes. A primeira tem por título “Roteiro geral da costa brasílica” e consta de 74 capítulos. A segunda, intitula-se “Memorial e declaração das grandezas da Bahia” e, em mais de cem pequenos tópicos, trata da história da colonização da Bahia, da descrição topográfica e geográfica, e mais: agricultura, plantas, animais, grupos indígenas, condições de defesa, riquezas minerais, enfim

um verdadeiro “Tratado descritivo” de uma boa porção do território brasileiro, naquele final do século XVI. “Livro que se evidencia por si mesmo – dele disse Almir de Andrade – tal a abundância de dados que fornece o método admirável da exposição. Obra que se recomendaria pelo seu próprio conteúdo e estrutura, não viesse a recomendá-la ainda o espírito superior e culto do autor, que paira muito acima de todos os seus contemporâneos que no Brasil estiveram”.

Justificando – como se precisasse... – sua recente edição de Gabriel Soares, escreveu Leonardo Dantas Silva: “Apesar da importância do seu conteúdo para o conhecimento do Brasil ao século XVI, a obra de Gabriel Soares é praticamente desconhecida das novas gerações de estudiosos da história dos nossos primeiros anos. Afim de sanar tal lacuna o próprio historiador pernambucano promoveu nova edição pela Fundação Joaquim Nabuco. E mais duas ou três apareceram, todas excelentes.

423. RELEMBRANDO UM HISTORIADOR PAULISTA

Nome significativo da historiografia paulista é o de Eugênio Egas, nascido aos 22 de maio de 1863 na velha cidade litorânea de Iguape. Fez seus estudos preparatórios no antigo Colégio Ipiranga, na capital paulista, cursando depois a Faculdade de Direito, pela qual se bacharelou em 1884. Obtido o diploma, foi residir em São Carlos, onde fundou e dirigiu o “Oitavo Distrito”, órgão de propaganda republicana. Exerceu naquela cidade os cargos de promotor, vereador e intendente municipal. Foi deputado estadual de 1895 a 1903, fiscal federal junto a estabelecimentos de ensino, membro de comissões revisoras e reorganizadora do Arquivo Público e do Tesouro do Estado. Em 1911 representou o Estado de São Paulo na Exposição Internacional de Turim, tendo sido, depois, incumbido de estudar “in loco” a organização penitenciária de diversos países da Europa. Foi diretor do Patronato Agrícola do Estado, de 1912 a 1931, ano em que se aposentou.

Jornalista militante, trabalhou em diversos órgãos da imprensa paulista, como “O Estado de S. Paulo” e o “Correio Paulistano”. Diversas

revistas culturais de São Paulo trazem colaborações de sua lavra, especialmente a Revista do Instituto Histórico e a da Academia Paulista de Letras. Nesta instituição, foi o primeiro ocupante da Cadeira nº 30, que tem como patrono o Padre Feijó. Faleceu na capital paulista a 29 de junho de 1956.

Além de numerosa produção original no campo da historiografia, a bibliografia histórica brasileira deve-lhe a reedição de importantes obras, como a “História do Brasil”, de Armitage, o “Quadro estatístico da Província de São Paulo”, do Marechal Daniel Pedro Müller, o valioso volume contendo documentos sobre a Maioridade e ainda uma coletânea de escritos do Padre Feijó, na qual se encontra quase tudo quanto o grande regente escreveu. Na série “Necrológios”, em quatro volumes, publicados entre 1919 e 1925, traçou os perfis biográficos de numerosos historiadores que integraram o quadro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Além do muito que publicou pela tradicional entidade da rua Benjamin Constant, deixou obras significativas: “Diogo Antônio Feijó”, 2 volumes (1912), “Os municípios paulistas”, 2 volumes (1925), “Galeria dos presidentes de São Paulo”, 3 volumes (1926-7), “Dicionário geográfico de São Paulo” (1929). Das reedições que promoveu merecem destaque especial a “História do Brasil”, de Armitage; o “Ensaio de um quadro estatístico” do Marechal Müller e o documentário sobre o processo da Maioridade. O segundo volume de sua obra sobre Feijó é todo constituído de trabalhos originais do grande regente, o que diz suficientemente do seu interesse. É de se lamentar, apenas, que de toda a sua vasta produção, nada exista atualmente ao alcance dos leitores; quase nada foi reeditado e as edições originais são raríssimas.

424. CENTENÁRIO DE UM LIVRO CURIOSO

Em 1887, portanto há bem mais de cem anos, aparecia em Leipzig, Alemanha, editado pela famosa Brockhaus, um livro curioso: escrito e publicado em alemão, por um autor brasileiro e tratando da vida

de um francês, embora ligado também à história de nosso país: Villegagnon, o fundador da “França Antártica”, tentativa de ocupação francesa no Brasil em meados do século XVI. Seu autor, Manuel Tomás Alves Nogueira, ou apenas M.T. Alves Nogueira (pois ele sempre fez questão de ocultar sob iniciais seus dois prenomes), nasceu no Rio de Janeiro em 1840, ou 41, segundo algumas fontes.

Adquiriu sólida formação humanística em universidade alemã, o que lhe permitiu falar e escrever diversas línguas vivas e mortas. Retornando ao Brasil, prestou concurso para a cadeira de Grego do Colégio Pedro II, escrevendo duas teses inteiramente em língua grega, o que deve ter causado situação não muito cômoda aos seus próprios examinadores, provavelmente nenhum deles em condições de ler com desembaraço algo totalmente escrito em grego. Mas, não esquentou o lugar, pouco permanecendo no cargo. Possuindo rendimento que lhe possibilitava viver na Europa, para lá se transferiu com toda a família, fixando residência em Franckfort-sobre-o-Meno. Parece que voltou ao Brasil apenas uma vez, a passeio. Andou por diversos países europeus, vindo a falecer nos arredores de Gênova, em 1913.

Deixou treze trabalhos originais, além de quatro traduções. Dos originais, um foi escrito em grego (a tese de concurso), outro em latim, um em alemão e os demais em português. Traduziu para o alemão uma corografia de Joaquim Manuel de Macedo e passou do alemão para o português três clássicos de nossa historiografia militar: as obras de Schneider e de van Versen sobre a Guerra do Paraguai e a de Seweloh sobre a guerra contra Buenos Aires, em 1827.

Seu livro, a que de início nos referimos, sobre Villagagnon, tem como subtítulo “Contribuição para o conhecimento das relações franco-brasileiras no século XVI” e foi dedicado a D. Pedro II. Nele, traça o autor excelente painel da história da Europa no século XVI, como que preparando o cenário para introduzir seu biografado, que é, depois, estudado nas várias funções que desempenhou na França e, finalmente, no Brasil à frente da ocupação francesa de 1555.

Só em 1944 foi o livro de Alves Nogueira traduzido para a nossa língua (com título abreviado para “Villegagnon”) publicado pela antiga

Editora Epasa, em tradução de Rodolfo Coutinho, com introdução e notas de Basilio de Magalhães. Integrava a coleção “Biblioteca Brasileira de Cultura”, dirigida por Basilio e por Cândido Jucá Filho. Não tendo sido reeditado tornou-se hoje volume extremamente raro e que bem mereceria uma reedição.

425. MEDITAÇÃO SOBRE A SAGRADA PAIXÃO DO REDENTOR

Foi com a expressão acima que o compositor inglês John Stainer (1840-1901) subtitulou seu grande oratório “The Crucifixion”, composto em 1887 e desde então considerado uma das grandes obras da música sacra universal. Dotado de excepcional beleza, revelando uma concepção inteiramente nova quando comparada com tantas outras obras inspiradas no grande e sugestivo tema, caiu no gosto do povo inglês, gozando de larga popularidade e sempre executado por ocasião da Semana Santa, em quase todos os lugares onde se cultivam música ou nas próprias igrejas da Inglaterra. Concorre, no favor do público, com o “Messias”, de Handel, igualmente ali executado com enorme frequência na época do Natal.

Todavia, fora da Inglaterra o oratório de Stainer não logrou popularidade, sendo praticamente desconhecido no Brasil, a não ser de alguns discófilos que guardam ciosamente em suas estantes os dois discos em LP gravados há mais de meio século pela Nixa Records, de Londres, hoje raríssimos e que, tanto quanto saibamos, continuam sendo a única gravação da grande obra. Discos antigos, obviamente sem o benefício das modernas técnicas da ciência do som, permitem-nos, contudo (pois a interpretação é magnífica) apreciá-la em toda sua grandiosidade e beleza.

O seu coro mais famoso e mais belo, talvez o “climax” do oratório, extraído do texto do Evangelho de João 3:16 – “De tal maneira amou Deus o mundo que deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que n’Ele crê não pereça mas tenha a vida eterna” – e que é, de fato um dos mais belos coros sacros já escritos, tornou-se conhecido nos meios

protestantes brasileiros, em cujas igrejas era cantado com relativa frequência, pois, se não nos enganamos, figura nos próprios hinários evangélicos.

“The Crucifixion”, como dissemos de início, destoa dos demais oratórios por não conter as partes descritivas que habitualmente caracterizam essa forma musical. A rigor, seria mais correto, tal como no caso do “Messias”, considerá-lo uma grande cantata tendo como tema central a meditação em torno da paixão de Cristo. Foi concebido para duas vozes solistas e coro, com acompanhamento de órgão. A intenção do compositor – e parece cumprida nas igrejas protestantes inglesas – é que as partes corais sejam cantadas também por toda a congregação e não apenas pelo coro, o que dá à obra um caráter todo especial no conjunto da música sacra universal.

Recorde-se que John Stainer deixou dois outros oratórios (sobre Gedeão e sobre Maria Madalena), uma cantata inspirada no episódio da filha de Jairo, tal como vem relatado no capítulo quinto do Evangelho de Marcos. Nenhuma dessas obras, contudo, alcançou a popularidade de “A Crucificação”, nem nunca vimos qualquer referência que nos ajudasse a conhecer de seu mérito.

ÍNDICES DOS NÚMEROS 192-195

ANO XXXVI

- 192 – Janeiro – Março 1-90
193 – Abril – Junho 91-214
194 – Julho – Setembro 215-310
195 – Outubro – Dezembro 311- 392

ÍNDICE DE AUTORES

- BARROS, Benedito Ferri de – A propósito do parlamentarismo – 139
BATTISTONI FILHO, D. – Ecos de uma viagem a São Luís do Maranhão –225
BATTISTONI FILHO, D. – O “Colégio Internacional” de Campinas – 323
BATTISTONI FILHO, D. – O “Comissário de café – 129
BATTISTONI FILHO, D. – Rangel Pestana e o jornalismo – 5
BENNIGSEN, Emmanuel de – Estrangeiros no Brasil – 75
BENNIGSEN, Emmanuel de – O enigma de Shakespeare – 195
BESCHOREN, M. – Aspecto político social das missões jesuíticas – 303
CAMARGO, Paulo Barros – Anchieta “O Santo do Brasil” – 337
CARVALHO, Roberto Machado – A trajetória de glória do ituano Almeida Prado – 221
COSTA, Cláudio Manuel da – Fundamento Histórico – 187
DOMINGOS JORGE VELHO – Sobre um herói paulista – 371
GLASS, F.C. – Missões jesuíticas – 83
GUIRELLI, José Carlos – Caminho dos Amarais – 269

- KALMAN, Regina – O Pátio do Colégio – 161
- LACERDA NETO, A. – Ainda a ditadura republicana do positivismo – 355
- LUCAS, Fábio – Implicações críticas do romance histórico – 13
- MARIZ, Vasco – Padre Antônio Vieira, o diplomata – 105
- MATOS, Odilon Nogueira de – A lição de Piratininga – 93
- MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito de Alberto de Faria – 307
- MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário da Cidade de Campinas – 373
- MATOS, Odilon Nogueira de – Centenário de um livro curioso – 385
- MATOS, Odilon Nogueira de – Curiosas “cartas” sobre o Brasil – 87
- MATOS, Odilon Nogueira de – Dodt e Schnoor, dois grandes estrangeiros a serviço do Brasil – 217
- MATOS, Odilon Nogueira de – Eça de Queiroz, agitador no Brasil – 309
- MATOS, Odilon Nogueira de – Evocando um historiador carioca – 210
- MATOS, Odilon Nogueira de – Florence e Taunay, um encontro feliz e oportuno – 3
- MATOS, Odilon Nogueira de – Francisco Manuel da Silva – 207
- MATOS, Odilon Nogueira de – Gramático e teólogo – 89
- MATOS, Odilon Nogueira de – Hércules Florence – 313
- MATOS, Odilon Nogueira de – Historiador de nossas fronteiras – 211
- MATOS, Odilon Nogueira de – Literatura panfletária – 306
- MATOS, Odilon Nogueira de – Maximilien Beschoren – 203
- MATOS, Odilon Nogueira de – Meditação sobre a sagrada paixão do Redentor – 387
- MATOS, Odilon Nogueira de – Mestre Taunay e seus três “Estados” – 305
- MATOS, Odilon Nogueira de – O Brasil em 1587 – 383
- MATTOSO, Katia – Independência da Grécia – 81
- NERY, D. João – Oração fúnebre em memória do Padre feijó – 249
- NOMURA, Mitoshi – Notas para a história da medicina no Brasil – 245
- NOGUEIRA, J. Carlos de Ataliba – Centenário da cidade de Campinas – 373

- PETTENÁ, Arita D. – Guilherme, sua vida e obra – 275
- PACHECO, Renato – Donald Pierson e a Sociologia no Brasil – 345
- PICCAROLO, A. – Um precursor de Malthus e Marx – 283
- PORTOALEGRE, M. – Sobre a música no Brasil – 263
- RICCI, M. Lucia Rangel – Artigos livros de receitas – 235
- RICCI, M. Lucia Rangel – A literatura de viagem – 329
- RUGENDAS, M. – O espírito empreendedor dos paulistas – 282
- SACRAMENTO, A. de Avila – A visita da “Folia de Reis” – 363
- SUZANNET – Situação atual do Brasil – 381
- TACITO – Procedimento judicial contra os cristãos – 371
- VERDASCA, J. – Grandes portugueses da época dos descobrimentos – 57

CENTROS UNIVERSITÁRIOS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Faculdade de Análise de Sistemas
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Engenharia Ambiental
Faculdade de Engenharia Civil
Faculdade de Engenharia de Computação
Faculdade de Engenharia Elétrica
Faculdade de Geografia
Faculdade de Matemática
Faculdade de Química

CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA

Faculdade de Ciências Biológicas
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Enfermagem
Faculdade de Fisioterapia
Faculdade de Fonoaudiologia
Faculdade de Medicina
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Psicologia
Faculdade de Terapia Ocupacional

CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

Faculdade de Administração
Faculdade de Ciências Contábeis
Faculdade de Ciências Econômicas

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Faculdade de Biblioteconomia
Faculdade de Educação
Faculdade de Educação Física
Faculdade de Serviço Social

CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Faculdade de Artes Visuais
Faculdade de Jornalismo
Faculdade de Letras
Faculdade de Publicidade e Propaganda
Faculdade de Relações Públicas
Faculdade de Turismo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas
Faculdade de Ciências Sociais
Faculdade de Direito
Faculdade de Filosofia
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing

Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311

E-mail: editora@beccari.com.br

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda

Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3252-6835

E-mail: flamboyant@dglnet.com.br

